

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Rodolfo Silva Domingos de Oliveira

**IDENTIDADE DE GÊNERO E ALIANÇA POLÍTICA: uma análise a partir de uma  
pesquisa com pessoas trans e travestis em Juiz de Fora**

Belo Horizonte  
2022

Rodolfo Silva Domingos de Oliveira

**IDENTIDADE DE GÊNERO E ALIANÇA POLÍTICA: uma análise a partir de uma  
pesquisa com pessoas trans e travestis em Juiz de Fora**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

Belo Horizonte

2022

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48i	<p>Oliveira, Rodolfo Silva Domingos de Identidade de gênero e aliança política: uma análise a partir de uma pesquisa com pessoas trans e travestis em Juiz de Fora/ Rodolfo Silva Domingos de Oliveira. Belo Horizonte, 2022. 85 f.</p> <p>Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p> <p>1. Pessoas transgênero - Identidade. 2. Travestis. 3. Identidade de gênero. 4. Minorias sexuais - Atividades políticas - Juiz de Fora (MG). 5. Ativismo político. 6. Transfobia. 7. Teoria Queer. 8. Transexualidade. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDU: 301.181-055.3</p>
------	--

Rodolfo Silva Domingos de Oliveira

**IDENTIDADE DE GÊNERO E ALIANÇA POLÍTICA: uma análise a partir de uma  
pesquisa com pessoas trans e travestis em Juiz de Fora**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme.

---

Juliana Gonzaga Jayme - PUC Minas (Orientadora)

---

Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Banca Examinadora)

---

Cláudio Eduardo Resende Alves – SMED/PBH (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 8 de julho de 2022

## AGRADECIMENTOS

A Deus que se fez presente em todos os momentos da minha vida, inclusive nos mais difíceis, onde eu já acreditava não mais ter forças para continuar essa pesquisa;

À minha amada mãe, que em sua passagem por este plano terreno pode me adotar como seu filho, repassando os seus ensinamentos e me influenciando em todos os projetos, incluindo o meu sonho de lecionar;

Ao meu pai que antes dela fez a passagem, porém deixando sua mensagem de carinho e respeito ao próximo, ajudando a todos, familiares ou não, independente de cor, crença ou identidade de gênero;

À minha irmã, minha única amiga e parceira de todas as horas. A ti eu entrego e destino esta pesquisa, com todo o meu amor, como símbolo de resistência e finalização desta pesquisa.

Ao meu namorado Felipe, pelo apoio e palavras de conforto em meio ao falecimento precoce da minha mãe e de todas as dificuldades decorrentes deste episódio.

À minha amiga Letícia pelo constante auxílio nos momentos em que já não encontrava mais forças para respirar e seguir adiante.

À minha orientadora, Juliana Gonzaga Jayme, que sempre foi muito solícita e profissional durante toda a minha jornada como seu orientando, mesmo nas adversidades que me ocorreram, e que me fizeram cair por inúmeras vezes. Professora, por você, por ter me escolhido, eu finalizo este trabalho agradecendo-lhe imensamente pela paciência e pelo seu amor genuíno.

Aos entrevistados que contribuíram com a dissertação, tornando-a urgente para a causa trans, e também para a importância da construção de alianças plurais, que se preocupem em fomentar não só a questão de gênero, como também a inserção desta como disciplina nos manuais das agências pedagógicas de ensinos, defasadas pela questão binária, reprodutiva e biopolítica, ainda presentes nas agendas oficiais de Governos vigentes do Brasil.

Por fim, agradeço a todos os que passaram pela minha vida, presentes ou não, e que me ensinaram através de seus atos ou omissões que a minha força é maior do que todas as adversidades, fases e tristezas vividas.

## RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar a construção das identidades transgêneras e travestis das pessoas que frequentam o Coletivo Resistência Trans, em Juiz de Fora/M.G. e, a partir dela, o modo como podem se dar alianças, por vezes com disputas e conflitos. Ainda, investiga como a experiência dessas identidades impactam suas vidas no presente, tendo em vista que vivem em um cenário marcado por transfobia que estigmatiza e percebe certos corpos como abjetos, ininteligíveis, menos passíveis de viver. O trabalho se insere no campo dos estudos de gênero, e se apoia em uma literatura contemporânea dos estudos queer, que alargam a ideia do sujeito do feminismo e dissociam a ideia de que gênero e sexo têm que ser coerentes.

A pesquisa empírica foi realizada entre 2019 e 2020 e, inicialmente, observei e participei das reuniões do Coletivo de forma presencial e, no ano de 2020, on line, pois, devido ao isolamento social decorrente da pandemia do Novo Coronavírus, os encontros passaram a acontecer de forma remota. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as pessoas que participavam do grupo. Durante a pesquisa explicitou-se que as classificações eram importantes para o coletivo, pois houve um conflito derivado da discordância em relação ao uso do termo (e identidade) transexual no portfólio de apresentação do grupo, o que acabou provocando uma cisão entre alguns/mas participantes. Com isso, o foco do trabalho se voltou para essa disputa e as possibilidades de aliança. Ao fim e ao cabo, percebeu-se que as classificações ainda importam na construção e experiência de identidades, e a denominação, por exemplo, transexual ou travesti, parece fundamental para a própria identidade de gênero, revelando que ela vai além de uma nomeação.

Palavras-chave: identidade de gênero, travestis, transexual, alianças, corpo.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the construction of transgender and transvestite identities of people who attend the Trans Resistance Collective in Juiz de Fora/M.G. and, from there, how alliances can be made, sometimes with disputes and conflicts. It also investigates how the experience of these identities impact their lives in the present, considering that they live in a scenario marked by transphobia that stigmatizes and perceives certain bodies as abject, unintelligible, less likely to live. The work is part of the field of gender studies, and is based on a contemporary literature of queer studies, which broaden the idea of the subject of feminism and dissociate the idea that gender and sex have to be coherent.

The empirical research was conducted between 2019 and 2020 and, initially, I observed and participated in the meetings of the Collective in a face-to-face manner and, in the year 2020, online, because, due to the social isolation resulting from the New Coronavirus pandemic, the meetings started to take place remotely. Semi-structured interviews were also carried out with the people who participated in the group. During the research it became clear that the classifications were important for the collective, because there was a conflict derived from the disagreement in relation to the use of the term (and identity) transsexual in the group's presentation portfolio, which ended up causing a split among some participants. Thus, the focus of the work turned to this dispute and the possibilities of alliance. In the end, it was realized that classifications still matter in the construction and experience of identities, and the denomination, for example, transsexual or transvestite, seems fundamental to gender identity itself, revealing that it goes beyond a nomination.

**Keywords:** gender identity, transvestites, transsexual, alliances, body.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

Covid-19: infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus, ou SARS-CoV-2. Uma doença potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. No Brasil e em diversos lugares do mundo, a doença causou a morte de milhões de pessoas e também o aumento da restrição e/ou o impedimento da circulação em massa de pessoas em lugares fechados, cancelamento de eventos etc.

LGBTQIA+: Abreviação do movimento formado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneres, travestis, transexuais, homens e mulheres trans, queers, intersexuais, assexuais e outros.

RT: Abreviação para “Resistência Trans”, um coletivo formado por pessoas trans, travestis, agêneres, não binários e outros com atuação na cidade mineira de Juiz de Fora.

SUS: Sistema Único de Saúde. É uma garantia constitucional prevista no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, com implementação pela Lei nº 8.080 de 1990 e com vigência desde então.

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1. Metodologia .....	18
<b>II. CAPÍTULO 1: HISTORICIDADE E RESISTÊNCIA: uma breve introdução sobre os contextos de enfrentamento e resistência da comunidade LGBT nos EUA e Brasil</b> .....	<b>211</b>
2.1 Identidades de gênero e experiências de estigma .....	244
<b>III. CAPÍTULO 2: IDENTIDADE DE GÊNERO: uma análise sobre os corpos que importam</b> .....	<b>30</b>
3.1 Gênero e performatividade .....	30
3.2 <i>PARIS IS BURNING</i> : entre a performance e a abjeção .....	34
<b>IV. CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA TRANS: notas iniciais sobre a disputa entre os membros do coletivo pela hegemonia de uma identidade política</b> .....	<b>39</b>
4.1 Transexualidades: notas sobre as vivências de duas mulheres transexuais de gerações diferentes. ....	41
<b>V. CAPÍTULO 4: IDENTIDADES EM DISPUTA: a construção da identidade de gênero por pessoas trans</b> .....	<b>60</b>
5.1 Alianças e aliadas/os/es: militância e ativismo trans e travesti para a geração de pautas e políticas públicas para a comunidade trans .....	722
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>799</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>833</b>

## I. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a construção das identidades transgêneras (trans<sup>1</sup>) e travestis e, a partir dela, o modo como podem se dar alianças, por vezes com disputas e conflitos. Ainda, investiga como a experiência dessas identidades impactam suas vidas no presente, tendo em vista que vivem em um cenário marcado por transfobia que estigmatiza e percebe certos corpos como abjetos, ininteligíveis, menos passíveis de viver.

Ainda na graduação em Direito, realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, me interessei pelo universo LGBTQIA+. Desse modo, meu trabalho de conclusão de curso, defendido em 2015, pesquisei o surgimento e atuação da militância e resistência dessa comunidade no Brasil, no contexto da Ditadura Militar. O interesse em pesquisar sobre o tema das identidades de gênero se deu em um primeiro momento diante de uma questão que há muito me afligia em relação à empregabilidade e à acessibilidade de pessoas trans ao mercado de trabalho. Contudo, na pesquisa de campo realizada no Coletivo Resistência Trans (RT), outra questão se mostrou fundamental para uma análise: a cisão do grupo, formado por pessoas (homens e mulheres) trans, travestis não binárias, agêneres entre outras/os/es<sup>2</sup>, diante dos questionamentos entre os/as/es participantes frente às categorias ou identidades de gênero que mais bem “abraçariam” todos os membros participantes ou destinatários/as/es do coletivo. Isto porque, no decorrer dos encontros aos quais participei em minha pesquisa de campo, algumas pessoas do grupo chegaram à conclusão de que a categoria/termo transexual não deveria ser adotada no portfólio de apresentação do coletivo, enquanto outras como a de travesti, por exemplo, deveriam ser absorvidas.

O coletivo Resistência Trans foi criado em 2019 – portanto, antes do contexto da Pandemia da Covid-19 (Sars-CoV-2) no Brasil, quando foi exigido, por intermédio do Conselho Nacional de Saúde<sup>3</sup>, o isolamento social – na cidade de Juiz de Fora-MG, com encontros quinzenais que aconteciam no Instituto *Tenetehara*<sup>4</sup>, na mesma cidade, com o

---

<sup>1</sup> Pessoas transgêneras (trans) é um termo usado aqui como um “guarda-chuva” que se refere àquelas pessoas que não aceitam o gênero que lhes foi designado ao nascer.

<sup>2</sup> Procuro usar em toda a dissertação as múltiplas flexões de gênero: a (feminino), o (masculino), e e/ou u (neutro), de modo a considerar a forma como os/as/us interlocutores/as/us se apresentam.

<sup>3</sup> O Conselho Nacional de Saúde, através da Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020 orientou a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Fonte: <https://conselho.saude.gov.br/>

<sup>4</sup> Espaço de vivência da arte e difusão da cultura que tem como objetivo promover a troca de experiências por meio de eventos cursos e oficinas com ênfase na América Latina). Fonte: [facebook.com/tenetehara.ic](https://facebook.com/tenetehara.ic). Devido

intuito de atender e prestar suporte à comunidade LGBTQIA+, especialmente travestis, homens e mulheres trans, transexuais etc., servindo de alicerce para aqueles/as/us que procuram se inteirar sobre direitos, compartilhar vivências, discutir ou mesmo participar de ações voltadas para a comunidade trans local. Apesar de o propósito ser exclusivo para aqueles/as/us que se identificam como pessoas transgêneras, as rodas de conversas são abertas para todos/as/es os/as/es aliados/as/es da comunidade LGBTQIA+, e/ou que tenham interesse em contribuir de alguma forma com o coletivo.

Como foi afirmado, meu objetivo inicial era discutir a empregabilidade de pessoas transgêneras e travestis e fui ao Coletivo Resistência Trans no intuito de conversar com as pessoas que participavam do grupo sobre o tema, além de tentar, a partir delas, chegar a outras pessoas. No entanto, a partir do conflito, que desencadeou uma divisão dentro do coletivo, decorrente em relação ao uso (ou não) da categoria transexual me levou a perceber que tal questão poderia se transformar em um problema de pesquisa, já que se explicitava ali uma disputa de identidades. Assim, neste trabalho busco i) analisar como são construídas as identidades de gênero de pessoas trans e travestis, que, vivendo em uma sociedade estruturada a partir da norma cisgênera e heterossexual (BUTLER, 2003), são representadas como corpos abjetos, ininteligíveis; ii) analisar sob a perspectiva das travestis e das pessoas trans, como algumas identidades de gênero podem causar uma disputa de narrativa, como ocorreu ali, quando o uso da categoria *transexual* foi vista por parte do grupo como não funcional para ser veiculada, por ser pensada como estando vinculada à patologização dessa identidade, que ela seja reivindicada e acionada politicamente, inclusive a partir da resignificação do seu uso, por outra parte do grupo; por fim, iii) verificar se a construção dessas identidades se deu por meio de alguma aliança, e como isso pode ter impactado positivamente ou não suas trajetórias de transição de gênero.

Para a condução da pesquisa foram elaboradas, ainda, as seguintes questões: i) Como as pessoas trans e travestis analisadas se organizam em um contexto cuja norma é cisgênera, heterossexual e binária? ii) Como se dá essa experiência dissidente no contexto familiar, escolar e laboral?

---

à pandemia, a partir de 2020, as reuniões presenciais passaram a acontecer online, mas em meados de 2021 retornaram presencialmente.

Este estudo importa às Ciências Sociais, especialmente porque se situa no campo das teorias de gênero, discutindo a construção e a manutenção das suas identidades de gênero, além de refletir sobre a possibilidade de alianças, mas também os conflitos decorrentes da forma como essas identidades são acionadas. Ainda, e talvez mais importante, se apoia em uma literatura contemporânea dos estudos queer, que alargam a ideia do sujeito do feminismo e dissociam a ideia de que gênero e sexo têm que ser coerentes (BUTLER, 2003, 2018, 2019; MISKOLCI, 2012; PELÚCIO & DUQUE, 2020, entre outros/as).

A pesquisa também amplia a discussão sobre a construção e manutenção (muitas vezes conflitivas ou em disputa) de identidades plurais, provocada, nesse caso, por um debate que culminou na cisão do coletivo RT em análise, em relação ao uso e hegemonia de certas categorias identitárias consideradas problemáticas, não funcionais e depreciativas para alguns membros do grupo, e adotadas, acionadas e demandadas por outros/as/es.

A luta e resistência das pessoas trans e travestis em busca de uma maior visibilidade e legitimidade de suas identidades e de sua própria existência também são fundamentais para este trabalho, visto que apesar de uma mudança em relação a certos direitos, além de uma maior ocupação de espaços civis e políticos pela comunidade LGBTQIA+ contemporaneamente, o cenário brasileiro ainda é transfóbico e o Brasil é o país que mais mata mulheres transgêneras e travestis no mundo<sup>5</sup>.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução, que contém um tópico destinado à metodologia, e das considerações finais. No primeiro capítulo, *Historicidade e Resistência: uma breve introdução sobre os contextos de enfrentamento e resistência da comunidade LGBT nos EUA e Brasil*, será apresentado, ainda que brevemente, o histórico de movimentos de resistência, dentro e fora do cenário brasileiro, importantes para a discussão da temática de gênero em geral e especificamente para a reflexão sobre travestis, transexuais, agêneres, não binários entre outras identidades. O conceito de estigma será discutido em um tópico deste capítulo, em uma perspectiva goffmaniana (GOFFMAN, 1988) e, com o auxílio das entrevistas, alocadas de acordo com as percepções das trajetórias e experiências das travestis e das pessoas trans pesquisadas, poder-se-á compreender um

---

<sup>5</sup> O Brasil teve 175 assassinatos de pessoas transexuais em 2020, o que equivale a uma morte a cada 2 dias. Fonte: ANTRA: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

pouco de como o preconceito, nomeadamente, a transfobia dentro e fora do ambiente familiar acompanha a vida dessas pessoas.

O segundo capítulo, intitulado *Identidade de Gênero: uma análise sobre os corpos que importam* ficará a cargo de discutir gênero e abjeção, a partir do diálogo com Judith Butler (2003, 2018, 2019) que pensa o gênero como pré discursivo, performativo, e que dentro das agências morais, este pode ser usado como modelo de opressão a determinadas identidades consideradas abjetas, por fugirem de uma lógica binária e cisheterossexual. Além disso, será feita uma reflexão sobre o filme *Paris is Burning*<sup>6</sup>, de 1991, também à luz de Judith Butler (2003), que o toma como emblemático para revelar o caráter performativo do gênero.

O capítulo três, *Resistência Trans: notas iniciais sobre a disputa entre os membros do coletivo pela hegemonia de uma identidade política*, é dedicado à pesquisa e apresenta o campo, desde a forma como se deu minha entrada no grupo como pesquisador, quando fui convidado para assistir às reuniões presenciais (e depois on line) e a minha aproximação com uma das principais interlocutoras deste trabalho. Neste capítulo analiso ainda as entrevistas com as demais pessoas do coletivo. Também discuto duas trajetórias específicas, Bruna (41) e Natália (30), ambas mineiras, porém residentes em comarcas diferentes. Finalmente, a disputa de narrativas em torno do uso de certas categorias identitárias, nomeadamente transexual, transgênero e travesti, é analisado aqui. Com base nessas disputas, e nas conversas sobre elas, foi possível perceber como o debate atingia pessoas de dentro e de fora do coletivo analisado e a relação com certa posição política, ou politizada sobre o gênero.

No capítulo quatro, *Identidades em Disputa: a construção da identidade de gênero por pessoas trans*, a reflexão se volta para a possibilidade e a dificuldade de alianças plurais, fundadas nas diferenças.

Por fim nas considerações finais retomo as principais discussões e busco não conclusões fechadas, mas caminhos para outras pesquisas.

## 1.1. Metodologia

---

<sup>6</sup> O filme aborda sob a ótica da autora e diretora, Jennie Livingston, a comunidade LGBT periférica de Nova York no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Para que este estudo fosse construído, realizei uma pesquisa de campo, com observação participante, no espaço do Coletivo Resistência Trans durante os anos de 2020 e 2021. A participação mais intensiva foi nas reuniões do Coletivo, que ocorriam quinzenalmente no turno da noite. Além disso, fiz entrevistas individuais e em grupo, que serão mais bem discutidas a seguir. Como foi apontado nesta introdução, meu objetivo inicial não passava pelas identidades de gênero, questão que, na verdade, se impôs como objeto empírico de pesquisa, exatamente durante o trabalho de campo. As entrevistas individuais, *prima facie*, foram realizadas com travestis, homens e mulheres trans que integravam o Coletivo. Conversei também com pessoas trans e travestis que não faziam parte do Resistência Trans, e que viviam em outras cidades.

As entrevistas, conduzidas por meio de roteiro semiestruturado, foram realizadas com homens e mulheres trans, agêneres, não binários e travestis que tinham entre 16 e 41 anos de idade – ressalte-se que as entrevistas com menores de 18 anos só aconteceram com a anuência de um/a maior responsável, e realizadas apenas depois que o Termo de Assentimento estivesse assinado. O roteiro versava sobre sua trajetória como pessoas transgêneras (incluindo aqui travestis, transexuais, agêneres, não binários), no contexto familiar, escolar e, quando fosse o caso, de trabalho, além da discussão sobre identidade de gênero e uso das diferentes categorias de classificação. Como o roteiro era semiestruturado, muitas vezes as entrevistas se tornaram uma conversa, podendo a/o/e entrevistado/a/e ir de um ponto a outro, ampliando-se a apuração dos fatos narrados.

As entrevistas individuais, aconteceram, *in* caráter excepcional, por meio das plataformas digitais TEAMS e Google Meet, que captaram áudio e imagem com a consonância das/os/es entrevistadas/os/es ao vivo. Isso tudo em observância às regras da Organização Mundial da Saúde (OMS), em meio ao contexto da pandemia da Covid-19 (Sars-CoV-2) que assolavam o mundo, e que prescrevia, dentre outras coisas, o distanciamento social. Se as entrevistas, do meu ponto de vista, não tiveram perda por serem realizadas on line, a observação das reuniões se tornou mais pobre. Quando realizadas presencialmente permitiam que a interação ocorresse de forma mais espontânea, além de contribuírem para as conversas informais, quase impossíveis através das telas.

As pessoas entrevistadas tiveram a opção de manter o sigilo de seus nomes, idades e outras características que pudessem identificá-las no trabalho, porém todas, sem exceção,

quiseram divulgar seus primeiros nomes e idades, desse modo, os nomes aqui utilizados são aqueles pelos com os quais elas se apresentaram a mim.

O critério de aferição qualitativa para análise dos dados tinha como primazia ser o/a entrevistado/entrevistada travesti, transexual, agênera, não binária, transgênero/a/e, homem ou mulher trans com faixa etária entre 16 e 65 anos, independentemente da raça, cor ou sexualidade.

Por fim, as análises e as transcrições das entrevistas não aconteceram de forma instantânea, dependendo, claro, de correlacioná-las com o estudo previamente aprofundado, bem como sendo alocadas em espaços que dialogassem com o objetivo central da pesquisa. A análise se deu por meio da criação de categorias analíticas, a partir das entrevistas e da observação. Tais categorias, identidade, aliança, disputa, estigma, abjeção, entre outras, foram colocadas em um quadro, onde eu “colava” trechos das falas que se alinhavam a uma ou mais delas, para então analisá-las à luz da bibliografia mobilizada.

## II. CAPÍTULO 1: HISTORICIDADE E RESISTÊNCIA: uma breve introdução sobre os contextos de enfrentamento e resistência da comunidade LGBT nos EUA e Brasil

Antes de adentrar ao objetivo central desta dissertação, faz-se importante contextualizar alguns movimentos que antecederam a discussão contemporânea sobre a construção das identidades de travestis, transexuais, transgêneros etc., como a *Revolta em Stonewall* (1969), nos EUA e os movimentos LGBT, então chamado Movimento Gay, contra a opressão policial e moralizante no Brasil, na época da Ditadura Militar (1964-1985). A expansão da sociabilidade LGBT nos lugares noturnos ao longo dos anos 1970, provocada, inclusive, pelo “milagre econômico” e o consumismo ligado às diversões dirigidas aos gays e às lésbicas criavam um público-alvo para o ativismo. (GREEN & QUINALHA, 2014, p 189).

A “Revolta de Stonewall” aconteceu quando, em 1969, em mais uma invasão policial ao bar *Stonewall In* – que recebia “batidas policiais” de maneira contumaz –, a comunidade LGBT presente no local resolveu resistir contra a atitude opressora dos agentes de Estado americano, que eram contrários a qualquer manifestação homossexual. A invasão resultou em uma série de atos e manifestações a favor da comunidade LGBT estadunidense como pedidos de liberdade individual dos gays, descriminalização da prática homossexual, pedidos de ampliação de direitos civis, maior respeitabilidade, dentre outros. A revolta de Stonewall contou com diferentes ativistas, entre essas pessoas, estavam Marsha P Johnson, Sylvia Rivera, Stormé Delarverie, ativistas travestis fundamentais na rebelião. Seus nomes, no entanto, foram apagados durante muitos anos pela história estadunidense, certamente devido à transfobia e ao conservadorismo de uma sociedade que à época representava gays, travestis, mulheres trans como disseminadores/as de doenças como a AIDS. Ainda, o então denominado movimento gay, buscando ser assimilado pela sociedade normativa, tentava se dissociar de pessoas vistas como estranhas, queer. Foi o movimento queer, que ressignificou o termo e o assumiu contra o assimilacionismo, que fez com que essas mulheres fossem lembradas por suas trajetórias, resistência e também pela sua importância dentro da

comunidade. (MISKOLCI, 2012; AVILA, 2020<sup>7</sup>; NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2021<sup>8</sup>)

No Brasil, no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), o cenário de repressão à comunidade LGBT não era muito diferente do modelo norte-americano, as batidas policiais também eram frequentes nas casas noturnas, o que levou à prisão de muitas/os/es pessoas LGBTQIA+, sob uma justificativa peculiar: a associação da homossexualidade a um modelo de transgressão “comunista”:

Em 1974, um informe do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez duas alegações contra Antonio Batista de Souza: primeiro, que ele “assinou o manifesto intitulado ‘Defender Cuba e defender o Brasil’, documento de caráter comunista”; e segundo, que “consta ser homossexual”. Nesta altura, alegações deste tipo, feitas juntas, já eram habituais. Polícias políticas vigiaram atividades sexuais constantemente, e acusações de homossexualidade masculina salpicam seus registros. (...) as autoridades demonstraram muita preocupação sobre a homossexualidade masculina como uma prática degenerativa, furtiva e de efeminados, que elas vaga e variavelmente associaram como subversão comunista e vulnerabilidade política. (GREEN, QUINALHA, 2014, p. 31, 32)

A homossexualidade não era crime no Brasil do século passado, mas a subversão ao regime militar, sim. Logo, associar pessoas LGBTQIA+ a grupos comunistas era frequente, uma vez que com essa justificativa elas poderiam ser investigadas, perseguidas e presas, Como apontam James Green e Renan Quinalha:

Uma investigação infame, em 1969, de representantes do Itamaraty no exterior resultou na demissão de vários empregados por causa de suspeito de subversão – baseado em boatos de embriaguez, homossexualidade, prostituição, “insanidade”, inconformidade de gênero ou alguma combinação dessas infrações. (...) Já nos últimos anos da década de 1960, a homossexualidade apareceu em publicações militares como maquinação do inimigo comunista. A Revista Militar Brasileira, até esse ponto um baluarte relativamente sóbrio de estratégia e discussão técnica contemporânea. Começou a incluir denúncias do declínio moral que alguns viam epitomado na homossexualidade (GREEN, QUINALHA, 2014, p. 32, 33).

Anos depois de findada a Ditadura Militar, um movimento com grande repercussão e notoriedade à comunidade formada por pessoas trans e travestis aconteceu em janeiro de 2004, impulsionando uma série de discussões sobre direitos e visibilidade daquela comunidade, no contexto de denúncias recorrentes de agressões e mortes homens trans e, especialmente, de travestis e mulheres trans.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.bisides.com/post/quem-jogou-a-primeira-pedra-em-stonewall> Acesso: em 21 set. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: [Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+ | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](https://www.nationalgeographicbrasil.com/revolta-de-stonewall-deu-origem-ao-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqiap/) Acesso: 21 set. 2021

Em 29 de janeiro comemora-se no Brasil o Dia da Visibilidade Trans. A ideia surgiu em 2004, quando um grupo de ativistas trans participou, no Congresso Nacional, do lançamento da primeira campanha contra a transfobia. A ação foi promovida pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, com o objetivo de ressaltar a importância da diversidade e respeito para o movimento trans, representado por travestis e transexuais. A data passou, então, a representar a luta cotidiana das pessoas trans – especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade – pela garantia de direitos e pelo reconhecimento da sua identidade. (AGÊNCIA BRASÍLIA, 28/01/20. Disponível em: [Agência Brasília \(agenciabrasilia.df.gov.br\)](http://Agência Brasília (agenciabrasilia.df.gov.br)). Acesso em 08 set. 2021)

A contextualização de movimentos como a “Revolta de Stonewall” (1969), o contexto de resistência frente às batidas policiais contra LGBTQIA+s, principalmente contra travestis, no período da ditadura militar no Brasil, ou mesmo aquele que impulsionou a criação do dia da visibilidade trans no país (2004), são importantes para a construção e também para a ressignificação de identidades, antes marginalizadas, ou representadas como ilegíveis. Isso não quer dizer que antes disso as pessoas não se identificavam como travestis ou transgêneras, tampouco que a transfobia e o estigma a essas identidades tenham acabado no país, mas contemporaneamente assistimos a uma maior visibilidade de pessoas trans, travestis, não binárias, entre outras identidades de gênero vistas como dissidentes do padrão cisgênero, e se percebe uma ressignificação de certas categorias identitárias, como travestis, que são acionadas politicamente, no ativismo, como corpos que existem e que resistem e, portanto, desvinculadas da pecha pejorativa usada no senso comum. Demandar o uso da denominação travesti objetiva, ainda, explicitar que essa identidade está ligada à resistência de travestis do passado, que foram responsáveis pelas lutas que antecederam os direitos das travestis de hoje (e pessoas transgêneras, agêneras, não binárias e tantas outras categorias que já existem ou possam vir a existir), como o uso do nome social, sua retificação em cartório, o registro civil possível de ser modificado sem a necessidade de qualquer laudo, a possibilidade de se fazer a cirurgia de redesignação sexual ou de gênero pelo Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>9</sup>, a lei que criminaliza a transfobia.

Esse cenário de marginalização e opressão aos corpos trans é ainda verificado em diferentes experiências que, a partir da ideia de norma, nesse caso, cisgênera e herossexual

---

<sup>9</sup> A cirurgia de redesignação sexual (também chamada redesignação de gênero) remodela características sexuais de pessoas que não se sentem de acordo com o gênero que lhes foi designado ao nascer. Desde 2008, SUS incluiu o procedimento entre seus serviços realizados, além da realização do *Processo Transexualizador*, que garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento, uso do nome social, hormonioterapia e cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. previsto pelo Artigo 2 da Portaria nº 2.803 do Ministério da Saúde. (Cf. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. [Guia de Orientação – Processo Transexualizador – CRP-PR \(crppr.org.br\)](http://Guia de Orientação – Processo Transexualizador – CRP-PR (crppr.org.br)) Acesso 10 nov. 2021; CETRONE, 2021)

(e de seu desvio), percebem esses corpos como abjetos – pensado aqui a partir de Judith Butler, para quem, *grosso modo*, corpos abjetos são desumanizados, ininteligíveis, não passíveis de viver (BUTLER, 2003, 2010, 2019) –, construindo regras morais aplicáveis apenas a determinadas pessoas, rotulando quem escapa dessas regras como marginais, minorias, entre outros termos depreciativos para que deixem de ser consideradas comuns, sob a justificativa de ameaçarem o equilíbrio social. (BECKER, 2008).

Por outro lado, é a própria comunidade LGBTQIA+, especificamente aquela formada pela comunidade trans e travesti, que se vale de suas trajetórias e da construção de suas identidades, as ressignificando muitas vezes, aliadas as pessoas que se dedicam ao estudo e a ampliação do gênero, como forma de desconstruir essas categorias sociais opressoras.

## **2.1 Identidades de gênero e experiências de estigma**

Durante muitos anos, Nietzsche retratou o estigma como algo intrínseco à moralidade e até mesmo ligado a questões religiosas como o sentimento de culpa, que por sua vez foi propagado durante séculos nas sociedades ocidentais para segregar algumas pessoas. Logo, para o filósofo, as pessoas superiores detinham uma consciência e um histórico de vida soberanos, enquanto outras estariam marcadas por um conceito moral de culpa, dívida, pobreza etc. (NIETZSCHE, 2016).

Para Goffman (1988), o estigma pode ser exemplificado quando do contato visual com um estranho e, desse contato, possa nascer uma atribuição ou característica que o torne distinto de outros/outras que estejam em uma mesma “categoria”. Em outras palavras, o estigma está ligado a um “atributo” depreciativo, culminando em tornar uma pessoa em algo redutivo. Sendo assim, através do estigma é que nascem algumas relações entre a discriminação e o preconceito, uma vez que aquele, segundo Goffman, representa um “atributo negativo”, que acaba corrompendo ou mesmo impedindo a construção da identidade de algumas pessoas, alocando-as em situação de desvantagem. Trazendo a discussão do estigma para ações transfóbicas, percebe-se que elas acabam por violar direitos constitucionais ou mesmo tratados internacionais que foram absorvidos pela Constituição Federal que, dentre várias coisas, celebram as liberdades individuais e sexuais de todas as pessoas.

O início do século XX também foi uma época em que houve grande número de publicações no campo das ciências sociais ligadas às questões sociais. A chamada *Escola de Chicago*, por exemplo, foi um centro cujos pesquisadores se voltavam, partindo do método etnográfico, para os grandes centros industriais dos EUA como Chicago, buscando compreender práticas marginalizadas como o consumo de drogas, as gangues, a criminalidade, a raça e também o gênero e a sexualidade.

Todavia, a discussão sobre o estigma é anterior a esses estudos. Sua concepção advém, segundo Erving Goffman (1988), da Grécia Antiga, onde as pessoas eram marcadas, algumas literalmente, com queimaduras feitas de ferro, por razões próprias daquela sociedade, pelas quais certas pessoas eram vinculadas a algo extraordinário ou ruim. Todas essas marcas advinham de uma questão expressa na moralidade. E essas pessoas marcadas, fossem escravas, desertores, ladrões etc., deveriam ser evitadas, especialmente em ambientes públicos. O estigma denota uma valoração, ou um rótulo a partir do qual a sociedade pode vir a categorizar pessoas por intermédio de atributos depreciativos, tornando-as de certa forma inabilitadas para a aceitação de determinadas vivências em sua plenitude. (GOFFMAN, 1988)

As considerações acima não se distanciam do que acontece no cotidiano de mulheres e homens trans, bem como no dia a dia de travestis no Brasil, como se nota na narrativa de uma das entrevistadas sobre o estigma vivido em sua infância e ampliado na adolescência:

*Eu antes de ser uma mulher assumidamente trans, sempre fui muito gayzinho, afeminada. Eu era muito alta, e ainda que tentasse não me destacar, minha magreza e altura chegavam antes de mim. [...] Meu pai estava decidido em me tornar “homem”. Por isso, desde cedo trabalhei com ele em uma distribuidora de laticínios e derivados da família, mas como sempre, apesar da sua tentativa grosseira de me fazer caminhar como um homenzinho, eu era a figura mais delicada em meio a todos os rapazes héteros e cis que ali trabalhavam. [...] Então sempre, entre eles, eram articuladas piadinhas, comentários, mas sempre com menor intensidade e quase sempre velados, porque eu era a filha do dono. (Bruna. Entrevista realizada em 10/09/2020)*

Diametralmente oposta à argumentativa acima, no tocante às suas vivências como uma adolescente em transição, outra interlocutora informou que não sofreu com estigmas e preconceitos durante à infância e adolescência – pelo menos que ela conseguisse identificar –, porque sempre foi um “*gay enrustido, bem padrãozinho*” para o ginásio escolar.

*Eu sempre fui padrãozinho, corte de cabelo da moda, e não passava por gay na escola, e se passava, ninguém comentava. Não tinha muitos amigos, mas sempre fui aquela pessoa considerada discreta, que passava despercebida como um cara nerd, meio deslocado no fundão da sala. Quando resolvi me assumir para família*

*e amigos, já no fim da faculdade, eu meio que já tinha conquistado o apoio de muitas pessoas no ambiente acadêmico, e por isso eu não sofri de forma direta algumas represálias que são constantes nas vivências de mulheres trans.* (Natalia. Entrevista realizada em 17/10/2020).

Os relatos acima não são antagônicos por acaso, Bruna e Natalia, respectivamente, possuem vivências distintas, ainda que demandem a mesma letra *T* da comunidade LGBTQIA+. Trata-se de duas mulheres trans, porém separadas por uma linha tênue, mas não despercebida em um país tão desigual como o Brasil, onde as realidades se moldam, também, de acordo com os degraus ultrapassados dos estigmas sociais. Mas, tudo isto será tema para um próximo capítulo.

Goffman menciona que existem três tipos de estigma, todos nitidamente diferentes.

[Existindo em] primeiro lugar as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical, e finalmente, os estigmas tribais de raça, nação e religião. (GOFFMAN, 1988, p.7).

No caso das pessoas trans e travestis, essa culpa que a sociedade parece impor a quem não se adequa aos padrões binários perpassa gerações e, ainda que o entrevistado mais novo deste trabalho conte com apenas 16 anos, ele, um menino trans, afirmou que durante muito tempo sentia o peso de não ter sido a “menina que sua mãe tanto quis”, não se adequando às vestimentas e indumentárias próprias de garotas da sua idade.

*Quando eu passei a usar roupas que se adequavam ao meu gênero, eu sofri uma repreensão de todos os lados: das meninas da sala, que pararam de andar comigo, dos professores, que passaram a me encarar diferente e, claro, da diretoria, na qual eu fui chamado diversas vezes para tentar aparentar ser mais feminina. [...] Eu ouvia constantemente da diretora da escola: “coisas como essa são só uma fase” [...] “você está sendo rebelde em casa e na escola por algum motivo, deve ter com certeza uma explicação...”* (Igor. Entrevista realizada em 10/09/2020).

Amy, mulher trans de 19 anos, de forma semelhante, alegou em sua entrevista que foi coagida diversas vezes por sua diretoria, numa escola católica e bastante rígida da sua cidade, sob o argumento de que a forma como ela se vestia causava algum incômodo nos pais dos outros alunos, que se sentiam confusos e com receio de como isso poderia influenciar outras pessoas a se comportarem como ela, questionando-se, inclusive, sobre qual banheiro ela poderia usar.

Observe que, embora pareça existir uma mudança com o passar dos anos, os relatos dos/as/es jovens acima, que contam respectivamente 16 e 19 anos, ainda revelam que as identidades trans seguem estigmatizadas e essa é uma realidade bastante desafiadora em ambientes normativos como o das escolas. Os espaços opressores, contudo, não são reduzidos apenas ao escolar, visto que no ambiente de trabalho alguns relatos evidenciaram explícita transfobia, aparentemente travestida de desinformação e/ ou incompreensão dos corpos.

*Eu fui contratada como mulher trans. Eles, inclusive, diziam que isto seria importante para a empresa e, no caso, ter uma mulher com a minha identidade. Não eram raros os clientes que preferiam ser atendidos por mulheres cis (cisgêneros). Mas, o pior não eram os clientes, eram mesmo os funcionários. Existia uma colega de trabalho, que toda vez que me avistava, ela fazia o sinal da cruz, como se ela quisesse me repelir com a religião, ou como se eu fosse literalmente um demônio. [...] Devido a algumas reclamações de outros funcionários e, claro, daquela minha colega de trabalho, a advertência que eu tomei foi informal: me trocaram de setor! Neste setor, eu passaria a tomar conta do estoque e da organização da loja, mas, sem prestar atendimento aos clientes, como fazia antes. Ainda que eu estivesse isolada, numa função que me diferenciava de uma vendedora comum, eu ainda era criticada por coisas simples, como organizar a loja de forma acelerada, para que todos pudessem sair alguns minutos antes do fechamento do shopping. [...] Era como se eu não tivesse voz alguma ali. (Amy. Entrevista realizada em 11/11/2020)*

Jonas, um jovem de 27 anos, alegou que na adolescência preferiu por diversas vezes se isolar dos amigos e de uma vida social dinâmica típica dessa idade, se trancando em seu quarto, em decorrência da opressão diária que sofria no ambiente da escola. Essa carência de um *feedback* saudável, no contexto de um intercâmbio social com outras pessoas pode ocasionar na pessoa reprimida sentimentos depreciativos, de desconfiança, além de ansiedade e confusão, fazendo com que ela se *autoisole* (GOFFMAN, 1988)

*Por não saber e entender o que estava se passando pela minha cabeça, onde eu já não me considerava apenas lésbica, a escola, até mais do que a minha casa, era um lugar onde eu não queria estar. A pressão de ter que me justificar o tempo todo sobre a minha vestimenta, modo de conversar e interagir já eram sufocantes, mas não era pior do que os gestos homofóbicos e reais que se apresentavam dia após dia dentro e fora de sala. [...] Eu me lembro do 'dia da bola', como se fosse hoje. Os meninos da sala estavam cortando suas folhas de cadernos, juntando com durex, uma a uma, até formarem uma bola gigante, do tamanho de uma bola de futebol. O que parecia ser uma forma de diversão, por conta do recreio que se aproximava, se transformou no meu pior pesadelo. Aquela bola de tamanho real foi feita unicamente para ser lançada na minha cabeça quando eu saísse da sala. Além da dor física, aquele episódio ficou marcado para sempre na minha vida. Eu tinha medo de conversar com as pessoas, andava olhando para os lados, e desenvolvi uma dificuldade ainda maior de me relacionar e conviver com as pessoas da minha casa. Não demorou muito para que eu abandonasse os estudos e não concluísse o ensino médio. Até hoje eu ainda não me sinto à vontade para entrar numa sala de aula, mesmo que fosse online. (Jonas. Entrevista realizada em 25/09/2020)*

Nesta linha tênue e aparente de convivência e respeitabilidade, embora não trate especificamente de identidades de gênero, Goffman evidenciou que o indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os “normais” o identificarão e o receberão.

Quando “normais” e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. (GOFFMAN, 1988, p.15)

Para Bruna, uma mulher trans e militante da causa LGBTQIA+, com ênfase na luta pelas liberdades dos corpos trans, a transfobia está em todos os setores da vida pública e privada, da educação religiosa e binária no ambiente doméstico, passando pela escola e chegando na esfera jurídica. Para discutir o tema comigo, retoma um caso que aconteceu há alguns anos em sua cidade natal.

*Hoje, entendo que para ser uma mulher trans, você não precise de uma cirurgia de conformação ao gênero como a que eu fiz, mas, na época em que eu lutava pelos meus direitos, sempre sozinha, eu sabia, pelo que exigiam os juízes que: além da performance feminina, você também deveria ter passado preferencialmente pela cirurgia de redesignação genital, atestando que você era biologicamente uma “mulher”, para só assim ter os seus documentos como identidade e CPF retificados. [...] Diante disto, mesmo “operada” e já com o meu processo de retificação de nome em trâmite, se não fosse a minha maneira de ser, bruxa, militante e empoderada – esta última, uma palavra que os mais jovens utilizam -, o meu processo jamais teria um fim razoável, que dirá teria sido procedente. [...] Eu fui aconselhada pelo meu advogado e, também, por alguns professores da Universidade a ir para porta do fórum com um cartaz, solicitando a celeridade do meu pedido de retificação de nome e o respeito à minha identidade de gênero. Só assim que o meu processo voltou a “andar”. Somente depois desse meu ato público é que pude ter o reconhecimento do poder público de ser chamada como a mulher trans que sou. (Bruna. Entrevista realizada em 24/09/2020).*

Bruna alegou, ainda, de forma enfática, que por ser militante, sem medo de represálias, sempre foi vista como “agressiva”. Para Goffman, essa explicação se funda na hipótese de que ao invés do indivíduo estigmatizado se retrair, ele pode ser mais agressivo, no entanto, essa postura pode provocar respostas desagradáveis por parte de quem é interpelado.

[...] a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação face-to-face pode tornar-se muito violenta. (GOFFMAN, 1988, p.18).

Destarte, a representação dessa “agressividade” será retomada nos capítulos posteriores, voltada, contudo, para uma abordagem de lutas, militância e apoio de comunidades aliadas no tocante às exigências como a respeitabilidade e inserção de corpos trans em todos os espaços, públicos e privados.

### 3. CAPÍTULO 2: IDENTIDADE DE GÊNERO: uma análise sobre os corpos que importam

#### 3.1 Gênero e performatividade

O gênero, sob a ótica de Butler é construído discursivamente e é performativo. Essa ideia é tomada da teoria da linguagem, especificamente, a discussão dos atos de fala, para se referir a uma reiteração de atos que faz existir o que se nomeia. A exemplo disso, quando o/a médico/a “afirma” através da ultrassonografia da gestante que se trata de um menino ou de uma menina, aquele corpo que ainda se encontra dentro da barriga já se torna generificado (BUTLER, 2003). A autora queria dizer com isso, em 1990, ano da publicação de *Gender trouble* – como afirma em entrevista realizada em 2018 (BUTLER, 2018b) – que o gênero acaba por ser uma negociação, já que se por um lado não é possível a ninguém escapar totalmente das normas culturais, por outro lado ninguém também é determinado exclusivamente por essas normas.

Quando somos declaradas meninas [no nascimento], somos conduzidas a um reino de feminilidade que começou a ser construído há muito tempo – um conjunto de convenções, às vezes conflitantes, que definem o que é ser uma menina dentro da sociedade. Nós não apenas escolhemos isso, e não nos é apenas imposto. Mas é provável que essa realidade social evolua, e de fato evolui. (BUTLER, 2018 b, s/p)

Nessa negociação, a norma binária de gênero ainda parece ganhar, mas é inegável a maior visibilidade no ativismo de pessoas que escapam dessas normas, como as pessoas trans e travestis.

A transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental pela Organização Mundial de Saúde apenas em maio de 2019, quando passou a integrar o capítulo de *condições relacionadas à saúde sexual*, sendo classificada como incongruência de gênero (OMS retira transexualidade da lista de doenças mentais. Disponível em NAÇÕES UNIDAS BRAIL. [OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso em: 12 fev. 2021). Observe, portanto, que durante anos, pessoas que não se identificavam com determinado gênero, eram consideradas se não pervertidas, doentes e muitas vezes assim se sentiam, se permitindo (e mesmo desejando) passar por tratamentos médicos para se converterem ou se adequarem à norma cisgênera e heterossexual. Diante desse cenário de patologização, amparado pela ciência por décadas, é que muitas pessoas,

questionando (ou apenas escapando da) a norma, viveram sua própria identidade, ainda que apenas no cenário *underground* das grandes metrópoles.

Para Butler (2003, p.59), “o gênero surge através das expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas”. Em outros termos, significa que a sociedade nos observa de forma minuciosa desde o nascimento, ou antes, na ultrassonografia, quando da imposição de um gênero em conformação ao aparelho reprodutor e, mais especificamente, à genitália. Ao contrário, qualquer coisa que fuja dessas características pode ser vista por boa parcela da sociedade com estranheza.

Elas (as normas) nos produzem, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificações que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las. (BUTLER, 2018, p.36-37).

É importante dizer que, nos termos de Butler (2003) nem todas as pessoas trans e travestis desejam subverter as normas. No entanto, mesmo aquelas que não desejam tal subversão revelam a ideia de paródia e de aprendizado do gênero. Construir um corpo, treinar certos trejeitos, modos de falar etc., deixa ver que não há uma naturalidade (e um destino) em ser mulher ou ser homem. Dentro de um contexto opressor e violento contra essas pessoas, talvez seja mais natural ou menos desumano viver de acordo com o que dita uma sociedade cuja norma é binária, cisgênera e heterossexual. Mas, se existe o rompimento normativo, existe, claro, um primeiro contato com essa normatização e, para a autora,

[...] o gênero vem a nós como uma norma de outra pessoa, ele reside em nós como uma fantasia ao mesmo tempo formada pelos outros e parte da nossa formação. Logo, o gênero é recebido, mas com certeza não simplesmente inscrito em nosso corpo como se fôssemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca. Mas, o que somos obrigados a fazer a princípio é representar o gênero que nos foi atribuído, e isso envolve em um nível inconsciente, ser formado por um conjunto de fantasias alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos”. (BUTLER, 2018, p.26)

Como já foi apontado, para Butler, o gênero é sempre uma luta entre a aceitação de uma norma imposta e, se não a subversão a essas normas, pelo menos a não aceitação integral do que foi determinado:

(...) a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder; e, por fim, não existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas

repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações. (BUTLER, 2018, p.27)

No campo, conversando ou apenas observando minhas/meus interlocutoras/es/us, ficou explícita certa tentativa por parte delas/es/us em se adequar às normas, percebida nas narrativas sobre suas experiências diante dos seus esforços contínuos de enquadramento, fosse porque o assunto causava um estranhamento dentro da família, fosse pela violência gerada pela vigilância de instituições como a escola, a Igreja, o Estado ou o mercado de trabalho:

Ainda que a empresa, no momento da contratação se mostrasse aberta à minha admissão como uma mulher trans, me pedindo para escrever o nome social no meu crachá, os seus funcionários, não. Eles apenas fixaram os seus olhares para as minhas genitálias desde o primeiro dia trabalhado. No início, quando eu ainda não havia recebido o uniforme, eu poderia usar uma calça jeans mais folgada, podendo ir ao banheiro quantas vezes fosse necessário. Após o recebimento do uniforme - da calça legging -, requisito essencial para uma loja de esportes, eu tinha de ficar aquendada<sup>10</sup>. por mais de oito horas dentro daquele shopping. Qualquer marca nas minhas calças, seria um plus para a minha demissão. (Amy. Entrevista realizada em de 2020)

O relato acima revela um comportamento transfóbico por parte da empresa, que, embora aceite mulheres trans e travestis em seus quadros, não dispõe de uma política que acolha essas pessoas, por exemplo, possibilitando para a Amy o uso de uma roupa que a deixasse confortável e, mais importante, que não a prejudicasse inclusive do ponto de vista da saúde. Por ter de ficar *aquendada* em todo o período de trabalho. Amy não ia ao banheiro, porque o tempo gasto para desatar e colar os esparadrapos que escondiam a sua genitália nas nádegas seria superior à de uma mulher cisgênero, o que era constantemente questionado, de maneira velada pelos seus/suas colegas de trabalho.

*É claro que eu pensei em sugerir uma exceção. No caso de poder usar uma calça jeans. Mas, eu já era a exceção. A pressão de manter naquele emprego e a um salário de merda por tantas horas, em meio a tantas outras mulheres que me olhavam como se eu fosse um monstro já me bastava. Eu não queria ser diferenciada por qualquer outro fator, já era suficiente a minha humilhação diária. Não demorou muito, e eu fui trocada de setor. Agora, a Amy, uma mulher trans, poderia ficar no estoque, longe das clientes vips, repondo com os homens caixas e caixas de roupas, mas ainda com a calça apertada, e sem poder usar o banheiro. Não suportei três meses, e pedi demissão. (Amy. Entrevista realizada em 11/11/2020)*

---

<sup>10</sup> Aquedar/aquendada: ato de esconder disfarçar. No pajubá se refere à ocultação do pênis.

A infância e a adolescência de algumas travestis, mulheres e homens trans com quem conversei durante a pesquisa quase sempre foram marcadas por períodos ou fases de adequação ao gênero que lhes são designados no nascimento. Quando não, muitos daqueles/as/us atores/as/us já precisaram ocultar sua identidade de gênero no passado para sobreviver às críticas, olhares, assédio, que revelam a transfobia em diferentes fatos da vida, ocorridos na escola, na família ou na concorrência a uma vaga de emprego, como relata Yane:

*Antes de me tornar uma mulher transexual, eu trabalhava no RH de uma empresa como um rapaz, “um rapaz gay”, bem pintosa para os agregados, mas em um estrito sigilo sobre a minha sexualidade com a minha chefe. Apesar dela saber que eu era gay, acredito que ela não aceitaria como sua empregada a mulher trans que me tornei. Aliás, aquele lugar não estaria preparado para um mulherão como eu. Pode ser coisa da minha cabeça, mas se as piadinhas eram recorrentes pelo fato de ser gay, eu nem posso imaginar o que ouviria por ser trans. (Yane. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2021).*

Yane sustentou em sua entrevista que algumas profissões não estariam preparadas para inserir em suas células mulheres e homens trans. Como uma profissional de Recursos Humanos no passado, lotada em uma área responsável pela admissão, controle de ponto, pagamento e relacionamento interpessoal com funcionários e funcionárias, ela admitiu nunca ter ouvido qualquer proposta ou menção de contratação de pessoas trans e/ou travestis para as empresas nas quais prestava serviço. Aliás, foi por querer iniciar a sua transição, sem ser oprimida, que ela abandonou o seu cargo:

*Eu só estava ali até terminar a minha faculdade, unicamente para pagar os meus estudos e as minhas primeiras intervenções estéticas. Achei por anos que estaria resignada àquilo, até me libertar da opressão e ser quem eu realmente era na minha cabeça, uma mulher incrível! (Yane. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2021).*

A construção deste capítulo é apenas uma introdução do que trarão as falas das travestis, homens e mulheres trans, não binários ou agêneres entrevistadas/es/os a respeito de suas trajetórias e experiências desde que se perceberam como pessoas trans até o momento em que iniciaram suas transições, tudo isso em meio aos conflitos morais impostos por instituições como a família e a escola que atravessam as vidas dessas pessoas.

Corpos que importam ou que deveriam importar, mas que são constantemente estigmatizados, desumanizados, tratados como abjetos por uma grande parcela da sociedade, impulsionando que adiem suas transições e, quando não, vivam presas a um gênero com o

qual não se identificam, mas devido à opressão aceitam ou repetem aquilo que lhes é ensinado desde a idade mais tenra sob a ótica binária que afirma existir apenas dois gêneros.

### **3.2. PARIS IS BURNING: entre a performance e a abjeção**

Judith Butler em seu livro “Corpos que importam” (BUTLER, 2019), destina um capítulo inteiro para ilustrar de maneira didática alguns aspectos já evidenciados até aqui como o gênero e o seu caráter performativo, além da reflexão em torno da ideia de abjeção. Para a autora, somos marcados pelo gênero, mas seriam inteligíveis apenas aquele gênero visto como coerente com o sexo e com a orientação sexual. A partir daí, ela afirma que a marca de gênero inteligível humaniza, diferentemente da marca não inteligível, que torna esse corpo abjeto, portanto, menos humano. Assim, todos aqueles que não aprendem a norma binária, são desumanizados e vistos como corpos abjetos, que não importam.

O pano de fundo para a análise da autora é o filme *Paris is Burning* (1991). Trata-se, em verdade de um documentário sobre os *balls* (bailes) que aconteciam no cenário periférico e noturno da cidade de Nova York (EUA). Esses eventos reuniam pessoas, em sua maioria negras e LGBTQIA+, que ali disputavam, em categorias, os mais variados prêmios da noite. Tais prêmios não eram em dinheiro, mas apenas simbólicos, na forma de troféus, que eram disputados toda semana com o intuito de elevar o legado de cada participante, fomentando ainda mais a disputa entre as *drags*, homens e mulheres trans e qualquer outra pessoa que se identificasse com a comunidade gay da década de 1980/1990.

As categorias dos desfiles, como eram chamadas, se alternavam a cada semana, mas existiam algumas fixas como as que escolhiam as *drag queens* mais bonitas (*best drag*), ou mesmo a mais masculina (*butch queen*). Outras categorias avaliavam os homens, na maioria homens negros e gays que desfilavam com roupas de militares ou trajes de banho e, da mesma forma, avaliados pelo corpo técnico de júris. Porém, o *voguing* era a categoria que mais se destacava entre os jovens<sup>11</sup>.

Sobrenomes como *LaBeija*, *Xtravaganza*, *Pendavis*, *Dupree*, dentre outros, eram recorrentes nas noites do Harlem, e eles representavam por sua vez a família de cada uma

---

<sup>11</sup> **Vogue** ou **voguing**, é uma dança surgida nos anos 1960, e popularizada vinte anos depois, e que imita poses de modelos nas revistas de moda. O nome veio, justamente da revista “Vogue” Fonte: UOL. Sítio da internet: <https://www.uol.com.br/universa/amp-stories/conheca-e-aprenda-o-vogue-a-danca-nascida-no-movimento-lgbtq/>. Acessado em 23 de agosto de 2021.

dessas “mães”, que além de se vestirem apropriadamente para a competição com roupas luxuosas, performavam nas mais diversas categorias citadas anteriormente, e eram ovacionadas durante suas apresentações. Essas “mães” eram *drag queens*, ou mulheres trans que carregavam histórias de resistência e que, por conseguinte, repassavam esses ensinamentos para os seus “filhos” – pessoas LGBT que eram expulsas de casa – como se integrassem um modelo de família heterossexual, porém com todas as dificuldades de se viver na maior cidade dos Estados Unidos, no final dos anos 1980 e início dos 1990, época em que a epidemia de Aids se alastrava e era associada à comunidade LBTQIA+, sendo, inclusive, chamada de *câncer gay*.

Cada “filho” *performava* na noite, mas durante o dia tinha que trabalhar para conseguir levar dinheiro para as *Houses*, nome das casas governadas pelas “mães” drags, onde todos viviam sob o mesmo teto, podendo dividir a comida, quartos, além de disfrutarem de uma liberdade para sonhar com uma vida melhor.

A cada desfile, os jurados faziam leituras (*reading*) e davam notas pelas suas performances. Essas leituras eram quase sempre ácidas, repletas de *shade* (veneno), que eram proferidos em voz alta, em detrimento de outras que, por sua vez, eram vangloriadas, ovacionadas e, portanto, se tornavam vencedoras do prêmio, dos prêmios ou até da noite. O *shade*, não é um xingamento, mas uma versão apurada de leitura (*reading*) contra uma outra pessoa que esteja performando o mesmo gênero que aquela. Em outras palavras, quando uma *drag* concorrente iniciava uma leitura contra outra *drag*, ela não começava a sua leitura chamando a outra de gay, até porque as duas aparentemente seriam homossexuais. Elas, ao contrário, combatiam uma a uma com algo que estivesse evidente na maquiagem, roupa, peruca ou mesmo no corpo da sua oponente.

Não era raro, portanto, as brigas e discussões afloradas a respeito das leituras negativas em torno das performances que cada *house*, composta por uma “mãe”, com sobrenome irreverente juntos aos “filhos” faziam nos bailes. Essas discussões aumentavam ainda mais a expectativa daqueles que queriam assistir à revanche entre as casas na semana seguinte.

A descrição detalhada dos *balls* foi colocada aqui para explicitar o interesse intelectual de Judith Butler em relação ao filme *Paris is Burning*, que os retrata. Para a autora, *grosso modo*, a cena dos bailes revela a ideia da paródia do gênero e, talvez mais importante, a performatividade do gênero. O filme evidencia, por intermédio as *drags*, o

aprendizado do gênero, quando por exemplo elas aparecem se montando, falando para a diretora do documentário que uma mulher precisa saber se maquiar, vestir-se bem, estar com o cabelo alinhado e perfumada. Ao dizer isso, as *drags* mostram a reiteração da norma de gênero aprendida e reiterada todo o tempo. Como ser mulher? o que uma mulher precisa saber? Como uma mulher deve andar, sentar, se portar? Ao se maquiarem e se vestirem como mulheres brancas, ricas e fúteis, como as personagens que ilustravam as capas de revistas como Vogue, Playboy, para concorrer à *best drag*, elas explicitam a norma feminina. Mas também, ao imitar o que é representado como o original, as *drags* mostram também que o original é, na verdade, uma paródia da ideia do original e natural (BUTLER, 2003). Em suas palavras:

*“Ao imitar o gênero, a drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência. Aliás, parte do prazer, da vertigem da performance, está no reconhecimento da contingência radical da relação entre sexo e gênero diante das configurações culturais de unidades causais que normalmente são supostas naturais e necessárias. No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizado por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada. (...) a paródia que se faz é da própria ideia de um original...”* (BUTLER, 2003, p. 196-197 – grifos da autora)

Como foi apontado antes, em sua discussão sobre o gênero, a autora faz uma crítica em relação à norma binária de gênero, que na sua perspectiva gira em torno de uma matriz heterossexual, e que acaba revelando como o gênero humaniza certas pessoas, nomeadamente, aquelas que se apresentam como homem ou mulher cisgêneras, e ao contrário, desumaniza quem não se adequa as normas:

Nas produções de real dos bailes drag, testemunhamos e produzimos a constituição fantasmática de um sujeito, um sujeito que repete e mimetiza das normas de legitimação pelas quais ele próprio é degradado, um sujeito fundado no projeto de domínio que obriga e rompe com sua própria repetição.

(...)

A performance é uma espécie de réplica ousada, grandemente limitada pelos termos da ofensiva original: se uma hegemonia homofóbica branca considera que a rainha negra do baile *drag* é uma mulher, essa mulher, já constituída por essa hegemonia, se tornará a ocasião para rearticular seus termos; incorporando o excesso dessa produção, a rainha superará a feminilidade das mulheres e, no processo, confundirá e seduzirá um público cujo olhar fixo deverá ser, em algum grau, estruturado por essas hegemonias, público que, por meio da encenação hiperbólica da cena, será atraído pela abjeção que deseja tanto resistir como superar. (BUTLER, 2019, p.227- 228).

O retrato das performances das mulheres trans e dos homens gays nos desfiles dos grandes *balls*, como podemos extrair do trecho colacionado acima, remontam uma abjeção, ainda que ali retratada de forma irônica e irreverente, através das leituras recheadas de *shade*, que é enfrentada e resistida a todo tempo pela mesma comunidade *LGBTQIA+* fora daquele. Não é difícil, portanto, encontrar críticas à expressão da feminilidade performada pelas mulheres trans e *drag queens* nos *balls*, uma vez que a mulher cisgênera, poderia ser reduzida a uma interpretação de um personagem fútil, ligado apenas a quesitos *fashionistas* e da encenação de corpos perfeitos: “O excesso fantasmático dessa produção constitui o lugar das mulheres não apenas como mercadorias dentro de uma economia de troca, mas como mercadorias que, por assim dizer, são também consumidoras privilegiadas como acesso a riqueza, privilégio social e proteção” (BUTLER, 2019, p.229)

Outrossim, o gênero ali performado e repetido nos *balls* é, por si só, uma reiteração daquilo que é aceito pela sociedade, fazendo com que ele seja objeto de apreciação, uma vez que aquela mesma representação estava fotografada e emoldurada em todas as revistas de moda, como a própria revista *Vogue*.

*Paris is Burning* denota a todo momento que a guerra nos *balls*, inspirada pelas disputas por categorias, ainda que recheadas de *shade* sobre os seus corpos, vestimenta e performances é o ambiente preferido dos gays, das drags, das lésbicas e das pessoas transgêneras nas noites de Nova York, isto porque era unânime entre os/as/es entrevistados/as/es de que ali eles/elas/elus poderiam ser quem eles quisessem.

Ao contrário, entretanto, da realidade “fantasmática” dos bailes, na qual essas pessoas se identificavam como as mulheres que gostariam de ser, o estigma, o racismo e a *LGBTfobia* era recorrente nas ruas pela manhã, uma vez que os julgamentos ultrapassavam as vestimentas, alcançavam a cor da pele, quase sempre negra, a renda, o gênero “desviante”, a racialização de corpos negros e latinos. Enfim, corpos vistos e tratados como abjetos. Aqui, a ideia de interseccionalidade contribui para a análise. Muitas vezes, os corpos dessas pessoas eram marcados por gênero, mas também por raça, o que, como aponta Crenshaw (2022), revela a sobreposição de opressões. É importante destacar que a abjeção não está ligada somente à ideia do *desvio* da heteronormatividade, mas aos próprios corpos e histórias que eles carregam. Reduzir a abjeção somente a esse desvio, seria afirmar que essas pessoas fossem respeitadas por sua cor/raça, região, ou classe social, o que de fato não acontece, ainda que elas performem muito bem um gênero aceito pela sociedade. E, para tanto,

podemos exemplificar, a partir do modo como os alemães retratavam os judeus na imprensa, no contexto da ascensão nazista e, durante a segunda guerra mundial. A maneira como os alemães debochavam da aparência dos judeus, quase sempre denunciadas pelo formato do nariz, dimensão da cabeça etc., não seriam aceitas, caso fossem repetidas de forma irônica ilustrando da mesma forma os próprios alemães com base naquelas características. Desta forma, a abjeção, para Butler, não está restrita ao gênero e, tampouco, à sexualidade, mas no tocante ao estudo *in* análise ela está ligada primeiramente ao gênero, mas também, de forma intrínseca aos corpos e histórias das mais diversas que elas possam carregar.

A abjeção é ainda reiterada por discursos opressores veiculados por instituições de policiamento do gênero, o que acaba, porventura, dificultando o acesso de pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho e, pior, anterior a ele, a uma estimativa escolar abaixo das pessoas heterossexuais e, por outros fatores que serão abordados no capítulo seguinte<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Mesmo as escolas sendo, em tese, um ambiente de acolhimento e segurança, uma pesquisa realizada em 2021 pelo Grupo Dignidade, que ouviu familiares em mais de 62 cidades brasileiras, sugeriu o contrário. Dos entrevistados, 98% consideraram as instituições de ensino um ambiente hostil às crianças e adolescentes trans. O estudo foi feito pelo Grupo Dignidade em parceria com a Unesco e a UNAIDS, e foram ouvidos pais e mães de alunos transgêneros de 5 a 17 anos. (CNN PLURAL. “77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo” Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-diz-que-77-de-criancas-e-adolescentes-sofrem-transfobia-no-ambiente-escolar> Acesso em jan. 2022).

#### 4. CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA TRANS: notas iniciais sobre a disputa entre os membros do coletivo pela hegemonia de uma identidade política

Meu acesso inicial às reuniões do Coletivo aconteceu através da fundadora e à época presidente e palestrante oficial do Resistência Trans, Bruna<sup>13</sup>. Nossas vidas foram atravessadas pelas redes sociais, por meio do envio de solicitação de amizade (meu para ela), junto a uma mensagem no direct pelo Instagram, que ela prontamente respondeu positivamente, aceitando contribuir com minha pesquisa, naquele momento, ligada à empregabilidade pessoas trans. Nos falamos por telefone, quando lhe informei sobre meu interesse em conhecer sua trajetória e pedi que me apresentasse outras pessoas trans e travestis que pudessem participar da pesquisa. Ela, então, me convidou para conhecer e acompanhar as reuniões do coletivo Resistência Trans, na condição de pesquisador e ouvinte.

Depois de algumas conversas via *Whatasapp*, Bruna me informou que havia me inscrito para participar da primeira reunião quinzenal do RT no Instituto Tenetehara. As reuniões aconteciam sempre entre vinte e vinte e duas horas, com uma limitação de até 15 pessoas, devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia do Novo Coronavírus.

Como foi mencionado na introdução desta dissertação, pesquisei para o trabalho de conclusão de curso da graduação em Direito, o ativismo e resistência LGBTQIA+ durante a Ditadura Militar. Havia comentado com Bruna, quando iniciamos nossas conversas sobre isso e, na primeira reunião do Coletivo RT, ela pediu que eu me apresentasse e explicitasse também este fato, o que fiz.

Foi ainda na primeira reunião do coletivo, numa noite de setembro de 2020<sup>14</sup>, que comecei a perceber um debate acirrado entre as principais ativistas do RT, responsáveis pelo nascimento do grupo, entre as quais, a própria Bruna. Esse debate, desde então, se referia ao uso das categorias transexual e transgênero<sup>15</sup>. A discussão teve início quando uma das

---

<sup>13</sup> Bruna tem 41 anos e se autodeclara como uma mulher transexual. Na cidade de Juiz de Fora é uma personalidade já bastante conhecida pelo seu ativismo e luta por direitos da comunidade LGBTQIA+.

<sup>14</sup> No encontro os protocolos da Anvisa, como o uso da máscara e do álcool em gel foram cumpridos por todos/as/es os/as/es presentes.

<sup>15</sup> Os termos transgênero e transexual podem ser utilizados tanto para identidades masculinas, quanto femininas. No passado algumas pessoas diferenciavam esses termos com base em cirurgias que as pessoas realizavam em seus corpos. Porém, é tecnicamente difícil apontar as diferenças entre esses conceitos. Pelo fato das identidades se basearem na ideia de autoidentificação, o melhor caminho é entender como a pessoa se vê e respeitar isso. (TRANSCENDEMOS EXPLICA. Disponível em: <https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans>. Acesso em 25 mai. 2022).

organizadoras dos painéis, se reportava às pessoas presentes nas reuniões, se apresentando como uma mulher transexual. Para algumas pessoas que estava ali, essa denominação era contrária à terminologia transgênero/a/e, ou simplesmente trans, que seria, na visão de uma outra palestrante, a forma mais correta para se referir à identidade que as pessoas do coletivo acionavam. Em um primeiro instante, esse fato parecia apenas um desconforto entre as/os participantes, porém com o tempo, pude perceber que essa questão era maior do que eu imaginei no início, tanto que o grupo se cindiu e Bruna deixou a direção. Embora o debate não fosse exatamente público naquele momento, como disse, percebi apenas certo desconforto, chegou até os meus ouvidos de maneira confidencial pela própria presidente, Bruna, que se reconhecia e, portanto, se denominava como transexual.

*Uma das razões de eu ter me afastado do Resistência Trans é que a (...) me corrigia a todo o momento, quando eu me identificava diante dos ouvintes como transexual, alegando que isso prejudicaria a coerência do grupo, segundo ela, formado em grande maioria por pessoas jovens e que preferiam o uso correto do termo transgênero. (...) Olha, eu tô muito puta, porque ela ficou me corrigindo na frente de outras mulheres e homens trans e, pior, na frente de pessoas que nem trans eram, e que estavam ali apenas para entender um pouco sobre nossas vivências. Eu peguei o microfone das mãos dela, e disse que eu era transexual, sim, e com muito orgulho! Quando cheguei em casa, ela havia me retirado do grupo do zap (Whatsapp). (Entrevista de Bruna, em 19/01/2021).*

Foi a partir desse primeiro relato que a questão central da minha dissertação mudou. A ideia de abordar a empregabilidade e a acessibilidade de pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho, acabou “sendo suplantada” porque essa disputa, que acontecia debaixo dos meus olhos, me levou a pensar na busca por classificações, na ideia de aliança (e de confronto), e na discussão da identidade, tema caro às ciências sociais. Como sabemos, as identidades sempre se constroem na relação – em geral no conflito ou mesmo no confronto –, portanto, são sempre construções políticas (HALL, 2006; WOODWARD, 2000). No entanto, se identidades trans ou travestis, em geral, são construídas em relação (oposição) às identidades cisgêneras, no caso em questão, o conflito se dava entre mulheres trans, o que demonstrou ser um caso *bom para pensar*. Concretamente, eu estava diante da divisão de um grupo, diante dos questionamentos entre os seus participantes frente às categorias ou identidades de gênero que abraçariam melhor todo um coletivo, chegando ao ponto de se tornar insustentável o convívio daqueles por conta das divergências entre as identidades que, segundo alguns membros deveriam ser adotadas, enquanto outras deveriam ser completamente abandonadas. Para alguns membros do grupo, termos e terminologias como

transexual e transexualidade não deveriam ser utilizadas, como fazendo alusão a todos/as/es do coletivo, porque se alinhava à nomenclatura usada pela medicina que patologizou essas identidades, tratando transexuais como portadores de doenças mentais. Para outros, o termo transexual era importante, pois foi amplamente utilizado por artistas e personalidades de renome, o que contribuiu, inclusive pela representatividade, para a construção das suas identidades. Ou seja, para esses/as participantes, a categoria transexual/transexualidade não tinha vínculo com a medicina ou com transtornos mentais, mas era um termo talvez os/as tornasse inteligíveis porque usado nos meios de comunicação.

#### **4.1 Transexualidades: notas sobre as vivências de duas mulheres transexuais de gerações diferentes.**

A escolha das duas mulheres que serão tratadas aqui se deu a partir da pesquisa de campo e da análise das entrevistas e das conversas informais realizadas durante os anos de 2020 e 2021. Essa análise me levou a perceber que suas narrativas se aproximavam em relação à construção de uma *identidade política*, ainda que vivenciando suas transições de maneiras distintas e em épocas diferentes.

Antes de apresentar os relatos e minha interpretação sobre eles, é necessário explicitar o porquê de a identidade ser aqui um objeto em discussão, como também evidenciar o que estou chamando de identidade política. *Prima facie*, toda identidade é política. No caso da identidade de gênero, desde o nascimento – ou antes disso, quando se está na barriga da mãe e na ultrassonografia se “descobre” o sexo do bebê, como afirma Butler (2003) – nos é imposto um gênero, dentro de um contexto que pensa o gênero (e o sexo) num esquema binário e dicotômico. Somos homens ou mulheres e isto se expressa por extenso em um documento assinado e carimbado pelas seções cartorárias de todo o país<sup>16</sup>. É por meio da certidão de nascimento que assumimos com a nossa mais tenra idade, direitos como o acesso (e a obrigatoriedade) à escolaridade gratuita – até o ensino médio –, o direito constitucional de não ser extraditado – a não ser que cometamos algum crime contra a Nação –, votar e ser votado etc.

---

<sup>16</sup> Sabe-se que hoje é possível modificar o nome (e o gênero) nos documentos sem, inclusive, passar por cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. Ainda assim, essa possibilidade demanda informação, tempo e, muitas vezes, dinheiro e essa possibilidade é recente, do ano de 2018, pelo Provimento nº 73/2018 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (Pessoas trans podem fazer troca de nome diretamente nos cartórios (tjmt.jus.br))

Essa identidade binária que nos é ensinada há anos pelos registros do nosso censo cartorário brasileiro e repetido em outros países é problematizada, entre outros/as, por Judith Butler (2003, 2010), e por Paul B. Preciado (2011), que chama atenção, inclusive, para os casos de intersexualidade que são “varridos para debaixo do tapete” e tratados como anomalia que deve ser “curada”, marcando um dos dois gêneros. Para Butler, o sujeito se forma em estruturas de poder que são generificadas e sexualizadas em uma matriz heteronormativa:

Em primeiro lugar, geralmente, há os profissionais da área médica que declaram uma criança aos berros como sendo menino ou menina, e mesmo que o enunciado deles não seja audível por causa do barulho, o quadrado que marcam certamente está legível nos documentos legais que são registrados pelo Estado. Minha aposta é que a maioria de nós teve seu gênero estabelecido porque alguém marcou um quadrado em papel e o enviou, embora em alguns casos, especialmente para aqueles com condições intersexuais, possa ter demorado mais para que o quadrado fosse marcado, ou a marcação possa ter sido apagada algumas vezes, ou a carta possa ter demorado mais para ser enviada. Em qualquer caso, sem dúvida houve um evento gráfico que inaugurou o gênero para a grande maioria de nós, ou talvez alguém tenha simplesmente gritado: “é um menino” ou “é uma menina” ... (BUTLER, 2019, p.35, 36).

Para a autora não deveria haver uma naturalização e uma rigidez das identidades de gênero. O gênero, como as identidades, é construído no discurso como ela afirma acima, o gênero, para a maioria das pessoas foi inaugurado por um evento gráfico (assinalar o quadrado feminino ou o quadrado masculino) ou pelo grito do/a médico/a: é um menino, é uma menina. Nesses momentos, o gênero é determinado, bem como todo o comportamento ou o desempenho correto desse gênero. São os atos de gênero que criam o gênero, para Judith Butler (2003, p. 199), pois, “... sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que o gênero expresse ou exteriorize...”. A autora se refere a um contexto específico, o das chamadas sociedades ocidentais, nas quais o gênero é visto como binário. É nessa estrutura que os discursos fabricam o gênero. Como afirma Sara Salin (2015, p. 21):

Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são *efeitos* - e não causas - de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos instituições, os discursos, as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero.

Para Butler, quando definimos uma identidade, estamos quase sempre a alocando a uma padronização nada complexa, como se a pessoa fosse reduzida ao aprisionamento do gênero datado de seu nascimento. Em síntese, para ela, as identidades, que são sempre

processuais ou devires, são performativas. É importante salientar que quando a autora se refere ao sujeito, não está se referindo ao indivíduo. Portanto, performatividade não é performance, no sentido de uma ação feita por uma pessoa. Antes, a performatividade se refere à reiteração de uma fala que, então, passa a fazer algo. Gênero, como identidade, para a autora, então, seria um conjunto de atos que faz existir o que nomeia (BUTLER, 2003; MISKOLCI & PELÚCIO, 2007; SALIN, 2015).

Se eu gritar, erguendo o punho: “Sou homossexual!”, ou outra coisa, se minha identidade se torna algo que afirmo, que devo defender, então há rigidez. Qual é a necessidade de fixar-se de uma vez por todas? Como se eu conhecesse o meu futuro, como se pudesse ser um todo contínuo! (BUTLER, 2018, s/p.)

A ideia de desconstrução identitária e de gênero de Judith Butler não significa exatamente o fim da identidade, mas o fim da ideia de identidades fixas e estáveis. Para a autora, como já foi explicitado acima, a identidade, como o sujeito, deve ser pensada como um processo e, talvez mais importante, ela própria faz alusão ao uso da identidade como uma importante arma de resistência. Mas não uma identidade essencializada.

A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade, é necessário admitir a ambiguidade. A identidade pode muitas vezes ser vital para enfrentar uma situação de opressão, mas seria um erro utilizá-la para evitar enfrentar a complexidade. Você não pode saturar a vida com identidade (BUTLER, 2018, s/p.)

Ainda que hoje as questões de gênero estejam na agenda de discussão, a LGBTfobia segue matando e as pessoas vistas como “ilegíveis” são constantemente discriminadas, enxergadas como seres abjetos e, assim, não é raro que, para serem aceitas, possam se adequar ao binarismo de gênero e à matriz cisheteronormativa, ao ideal de gênero. As/os teóricas/os da teoria queer, entre as quais Butler, afirmam que a heteronormatividade pode ser pensada como um regime de visibilidade que regula ações e relacionamentos, e que não se refere apenas às pessoas heterossexuais, ou seja, mesmo quem não se encaixa nas normas está sujeito aos regimes de normalização. De acordo com Butler (2003), o gênero (padrão) humaniza, porque qualifica os corpos como humanos e inteligíveis (ou legíveis), em oposição aos corpos abjetos. Nós punimos quem não desempenha corretamente o seu gênero.

Contrariando, porém, esses padrões, há aquelas pessoas que não se enquadram nessa matriz. Como afirma a autora:

Assim como normas parecem determinar quais gêneros podem aparecer e quais não podem, elas também falham no controle da esfera do aparecimento, operando

mais como uma polícia ausente ou falível do que como poderes totalitários efetivos (BUTLER, 2018, p. 46)

Embora, como ela mesmo ressalta em *Problemas de Gênero* (BUTLER, 2003), a *drag queen* não necessariamente subverte a norma de gênero, há pessoas trans, travestis, não binárias, agêneres etc. que podem subverter sim a norma, construindo e dando visibilidade a identidades como um modo de resistência e de subversão. São essas identidades que estou chamando aqui de políticas. Identidade política aqui, então, se refere também à autoafirmação e à afirmação para “o outro” das pessoas que foram minhas interlocutoras no campo: Eu sou *travesti, transexual, homem trans, mulher trans, agênera, não binária* entre outras.

Após uma breve introdução sobre o que seria identidade política e sua importância desta para minhas/meus/minhas interlocutoras/es/us, é importante destacar que Bruna e Natália foram por mim entrevistadas individualmente e, como é suposto, uma não teve acesso à entrevista da outra. Minhas perguntas foram divididas em três blocos, quais sejam: família, escola e trabalho.

Ao serem indagadas sobre suas identidades de gênero, ambas responderam que eram mulheres transexuais. No momento da entrevista se encontravam empregadas, como trabalhadoras da rede privada, sendo que Bruna era contratada por uma instituição de artes na cidade de Juiz de Fora, e Natália em uma agência bancária em Belo Horizonte. Aliás, foi a partir dos questionamentos acerca de seus respectivos trabalhos e funções exercidas até o nosso primeiro contato, que passei a investigar como foram construídas suas identidades políticas, imergindo nos detalhes que as levaram a confrontar, ou não, cenários diferentes de transfobia.

Iniciei a interação acerca do trabalho, porque ambas no momento das entrevistas encontravam-se empregadas e vivenciando experiências positivas em relação às suas ocupações. Bruna relatou que foi convidada pela empresa na qual trabalha atualmente a partir de uma palestra sobre mulheres trans, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Juiz de Fora. Natália, ainda no início de sua transição, disse que foi a uma feira de empregabilidade para pessoas que estavam prestes a se formar na graduação, e deixou o seu currículo. Alguns dias depois, a instituição bancária onde hoje ela trabalha ligou e a convidou para uma entrevista.

Bruna e Natália me disseram que não esperavam ser contratadas, o que, na verdade, não é de se espantar, porque como se sabe, não é fácil para pessoas trans e travestis conseguirem trabalho formal. Natália “confessou” que até tinha se esquecido em qual banca tinha deixado o seu currículo. Segundo a entrevistada, ela estava ali de cabelos grandes, unhas pintadas e muita coragem para *performar* aquela mulher que já acreditava ser. Bruna disse que ficou *ainda mais chocada*, porque foi notada por alguém da plateia, que a viu e a reconheceu como uma mulher transexual, e que *ainda assim* disse ela (mas talvez por isso mesmo) a convidou para ser funcionária de sua Empresa. Para Bruna, aliás, esse reconhecimento se dava quase sempre com base em estereótipos de gêneros e, em suas palavras, *bem marginais* aos olhos das pessoas que a ouviam, alocando-a quase sempre no lugar de uma mulher que palestrava à luz do dia, mas que a noite pudesse estar vinculada a alguma atividade laboral sexual.

Não demorou muito para eu entender que ali estava formada a minha indagação quanto à construção de suas identidades políticas, tendo em vista que estavam se autoafirmando como mulheres transexuais, fosse pela primeira vez como no caso da Natália, em Belo Horizonte, fosse como Bruna que já tinha uma bagagem (construída na militância) sobre o que discursava no púlpito da OAB, em Juiz de Fora. Em ambas, contudo, existia alguma similaridade, como o fato de terem sido contactadas por essas empresas como mulheres trans que eram.

O contexto da construção dessas identidades de Bruna e Natália, contudo, se diferem em muitos aspectos ligados aos questionamentos já levantados anteriormente e que serão ilustrados nas linhas abaixo, como a convivência no seio familiar, o ambiente escolar e o mercado de trabalho.

*Eu sempre fui uma criança afeminada. Eu era completamente feminina, desde que me entendo por gente. Sempre magrinha, com trejeitos, voz fina: aquele menino bem veado mesmo. Eu adorava colocar os vestidos da minha mãe, ficar passando os batons dela no banheiro, calçando os seus saltos quando ela não estava em casa... A parte pior é que sempre me sobrava um soco, um chute ou um tapa do meu irmão, que não entendia aquilo. (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021)*

Bruna só passou a se defender da violência doméstica na adolescência, segundo ela, arremessando objetos, gritando ou quebrando tudo o que tinha em casa, como se aquilo pudesse lhe servir de escudo contra a intolerância e a discriminação. Ainda assim, para ela, a maior violência que sofria era a psicológica, e acontecia dentro da Escola.

O espaço privado desenhado pela Bruna, e aqui entenda-se esse espaço como sendo o de sua casa e tudo aquilo que envolve a sua seara doméstica, abarcando, inclusive a convivência com seus familiares, que sempre foi demarcado por um ambiente de opressão e silenciamento de sua infância como uma *criança viada* (como ela se denominou<sup>17</sup>). Bruna tinha a mãe como seu grande alicerce, pois ainda que não aceitasse que ela fosse uma *criança viada*, a acolhia maternalmente. O pai, ao contrário, não a aceitava, não entendendo o que era ter de conviver com uma criança como aquela dentro de casa, dessa forma, a reprimia sempre de forma violenta. O irmão repetia o pai, reproduzindo a ideia de “certo e errado” ou do padrão de inteligibilidade de gênero, tomando sua irmã como ininteligível, portanto, abjeta, nos termos de Butler (2003, 2019).

Bruna relata que quando criança não entendia o porquê de gostar mais da bolsa rosa da coleguinha, ou do fato de usar o banheiro de casa com frequência para se pintar e brincar de ser a mulher que tanto a inspirava. Mas, ao mesmo tempo, ela também não conseguia compreender o porquê apanhava tanto dentro e fora de casa (na escola), simplesmente por querer ser como queria. Para ela, “exercer a sua identidade”, eu diria, simplesmente existir.

Como afirmam as/os autoras/es discutidas até aqui, o padrão binário de gênero e a heteronormatividade antecede nossa existência e esse padrão está tão incorporado que condiciona o reconhecimento de apenas uma forma de ser como humana, legitimando muitas vezes cenários de violência doméstica e pública (nas ruas, nas escolas, e em diferentes instituições). Ser uma criança trans ou ser uma *criança viada* a depender do contexto familiar em que essa criança cresce pode ser (e, infelizmente, na maioria das vezes é) bastante tortuoso:

... se não conseguimos encontrar nosso caminho dentro das normas de gênero ou sexualidade que nos foram designadas, ou só conseguimos encontrar nosso caminho com grande dificuldade, ficamos expostos ao que significa estar nos limites da condição de reconhecimento... (BUTLER, 2018, p. 47)

Bruna revela, em sua entrevista, o quão exposta esteve, mesmo em sua própria casa, se encontrando talvez nem nos limites do reconhecimento, mas sendo irreconhecível, portanto, uma vida que não é necessariamente vivível. Para Butler, essas pessoas são vistas como ininteligíveis, e para que elas se tornem inteligíveis e sejam reconhecidas, é

---

<sup>17</sup> “Criança Viada” é uma série de pinturas de Bia Leite que foi exposta na exposição Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, no Santander Cultural de Porto Alegre e que foi censurada, tendo sido cancelada. Sobre isso ver, entre outros, MENDONÇA, 2017.

fundamental a construção de uma aliança, mas uma ampla aliança, que coloque lado a lado feministas, pessoas trans e travestis, pobres, migrantes etc.

Retomando a infância de Bruna, até aqui, imersa ainda na esfera privada, no “invólucro” de convivência com sua família, ela disse que teve experiências sempre individuais e solitárias quando criança, quando gostava de, às escondidas, vestir as roupas da mãe, desfilar como uma modelo dentro de casa, passar maquiagem, mas tudo sempre sozinha, sem qualquer sinal de liberdade de exercer a sua identidade e o seu gênero, de “ser quem já é”. Para Judith Butler, as identidades e o gênero não são fixos, mas, como já foi discutido, se constroem numa matriz de gênero que é binária. Isso não quer dizer, no entanto, que não possa haver subversão, ou desvios dessa matriz. A partir de um diálogo com Eve Sedgwick, Butler (2019) afirma que se um ato de fala pode criar um gênero (é um menino, é uma menina), também pode se desviar da direção dos seus objetivos. O uso do termo *queer* nos anos 1990 nos Estados Unidos é visto como um desvio, porque sua direção foi completamente diferente daquelas reconhecidas. Assim, ainda a partir da ideia de desvio de Sedgwick, para a Butler, se as normas de gênero são impostas, também é possível romper com elas ou se desviar delas. Em suas palavras:

... a poderosa força citacional das normas de gênero conforme são instituídas e aplicadas por instituições médicas, legais e psiquiátricas (...) esse mesmo domínio de suscetibilidade, essa condição de ser afetado, é também onde alguma coisa queer pode acontecer, onde a norma é recusada ou revisada, ou onde novas formulações de gênero começam. (...) o gênero pode surgir de maneira a romper com, ou a desviar de, padrões mecânicos de repetição, resignificando e, algumas vezes, energicamente quebrando essas correntes citacionais de normatividade de gênero, abrindo espaço para novas formas de vida generificada”. (BUTLER, 2018, p. 71)

É importante destacar, ainda que a pluralidade de gênero não é novidade. Em um texto na coleção Além do Gênero sobre identidades fluidas (Disponível em [Identidades fluidas | Gente | Uma conexão Globo](#). Acesso em 10 de abr. 2022), o/a autor/a se apoia em Luiz Mott que afirma que os indígenas Guaranis não se encaixavam nos enquadramentos binários de gênero coloniais:

A diversidade dos papéis de gênero também esteve historicamente presente no Brasil. Segundo o antropólogo e historiador Luiz Mott, entre os nativos Guaicuru, pertencentes à nação Guarani, existiam índios que, além de se travestirem, eram totalmente identificados com o estilo de vida do sexo oposto, fugindo ao enquadramento colonial do que seriam os papéis de gênero de homens e mulheres. Assim, os papéis sociais de alguns povos originários já apontavam para uma construção fluida de gênero, embora este conceito tenha sido elaborado muito

tempo depois nos estudos sobre o tema na década de 1980<sup>18</sup>. (Texto sem autoria, retirado de <https://gente.globo.com/identidades-fluidas>)

Natália cresceu *performando* o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, repetindo o que estava pautado das normas aceitas por sua família e pela sociedade em geral. Interessante, que enquanto Bruna não comenta em nenhum momento sobre qualquer pessoa LGBTQIA+ no seu círculo familiar, Natália revelou a existência de uma pessoa abertamente lésbica em sua família, e que a discussão acerca da sexualidade de outras pessoas não era vista como tabu dentro de casa. Provavelmente por isso, ela afirma que o seu ambiente familiar era mais propício para ela se declarar como bissexual na adolescência. Bruna, entretanto, não era bem vista por ninguém ao seu redor quando *performava*, segundo ela mesma, um *garoto gayzinho*. Seus primos e primas direcionavam a ela piadas LGBTfóbicas exatamente porque ela se apresentava de modo diferente do padrão dos meninos, já que sua voz era afeminada, e ela cruzava as pernas, além de se caracterizar a partir de outros atributos considerados de homossexuais. Natália, na escola, entretanto, não se apresentava da mesma forma:

*Na escola eu era aquele cara do fundão, que as pessoas não interagiam muito, talvez porque eu era bem quieto, ou me virava sozinho com as matérias, respondia apenas quando era solicitado, e não aparentava ser uma criança afeminada. Eu acho que isso me ajudou a não sofrer preconceito. A verdade é que ninguém sabia o que eu estava pensando. E naquela época do ensino médio, eu, particularmente, não me lembro de ter me questionado alguma vez sobre ser uma mulher transexual (Natália. Entrevista realizada em 17/10/2020).*

Quando menciona fatos sobre a sua trajetória como uma criança/adolescente bissexual, Natália não se importa em momento algum em se referir a si mesma no masculino, expressando isso de forma objetiva, e sempre explicitando, com sua entonação de voz durante as entrevistas, que a questão dual ou binária – homem *versus* mulher – nunca a interessou. Aliás, Natália parecia lidar com questões de gênero de forma mais fluida<sup>19</sup>, sem se preocupar com os pronomes e/ou em evitar qualquer coisa que a aproxime de sua vida anterior a transição.

<sup>18</sup> Na verdade, embora pensando em termos de papéis sexuais, Margaret Mead, em 1935, no livro *Sexo e Temperamento* (MEAD, 1999), já discutiu sobre o fato de que o comportamento de homens e mulheres se vinculava à cultura e não à natureza.

<sup>19</sup> Uma nomenclatura recente é a de gênero fluido (*gender fluid*), que se refere a uma maneira de pensar o gênero como não permanente e não vinculado necessariamente à orientação sexual. Uma pessoa *gender fluid* pode se identificar como homem, mulher, neutra ou qualquer outra identidade não binária, ou, ainda, pode combinar. Seu gênero também pode variar de forma aleatória ou em resposta a diferentes circunstâncias. (Cf em <https://gente.globo.com/identidades-fluidas>)

Não posso certificar que a geração dessas duas mulheres, e a época em que elas cresceram, seja crucial para o entendimento de algumas mudanças na concepção da sociedade em que conviveram sobre questões como identidade de gênero e sexualidade. Todavia, o fato de Natália não ter sido advertida, quando adolescente, ao se declarar bissexual diante de sua família, pode ter tornado mais fácil ou menos tortuosa a construção de sua identidade de gênero como mulher transexual, levando em conta a convivência dentro de um ambiente no qual existiu maior acolhimento sobre a sua sexualidade. Mesmo que saibamos que a aceitação da quebra do padrão de sexualidade seja mais “palatável” que a quebra do padrão de gênero.

Bruna frequentava a escola pública de seu bairro que, segundo ela, não era um ambiente progressista. Pelo contrário, ela disse diversas vezes que não terminou o ensino médio por sofrer *bullying* de forma reiterada. Provavelmente, o que ela chama de *bullying*, possa ser definido como LGBTfobia. A maneira como Bruna se vestia e agia, ainda que sob o mesmo uniforme escolar, traduzia, segundo ela contou, a figura de uma criança feminina, e aos olhos daquele pequeno núcleo, a de um *garoto afeminado*, como ela diz. Ela gostava de se vestir com camisas justas, cabelos grandes, e uma bolsa a tiracolo.

Bruna usava o banheiro masculino, o que lhe causava imenso desconforto pela presença de outros rapazes. Além disso, relatou que, em geral, passava o recreio sozinha e distante de uma vida social minimamente saudável. Como já se nota, a escola foi um ambiente marcado pela opressão que, de acordo com ela, ocasionou traumas com sequelas, tais como dificuldade para falar em público, se relacionar com outras pessoas, agravamento da ansiedade e a descoberta de uma dislexia. Até hoje ela afirma não conseguir ler e interpretar um texto simultaneamente, por conta da dificuldade de encontrar na junção das palavras o significado que uma simples leitura poderia trazer, tudo isso em razão da violência psicológica que a fez abandonar os estudos:

*Na escola, ainda que eu saísse de casa parecendo um adolescente do sexo masculino, eu sempre chegava com alguma coisa que mostrasse o meu lado mais feminino, seja pela cor do meu tênis, o tamanho do meu cabelo, ou a bolsa que eu carregava de lado. Não tinha como os ataques não acontecerem, eu desmunhecava demais. (...) eles começaram me chamando de viadinho, bichinha, mulherzinha, caçoavam da minha roupa, do meu cabelo, da minha voz. (...) Não demorou muito e eu pedi para sair da escola, porque se não, eu acabaria me matando ou batendo em alguém. Até hoje eu não consigo terminar um livro direito, ou ler e entender alguma coisa, sem ter que parar para interpretar várias vezes, e tudo por conta daqueles traumas. Eu mesma já tentei voltar para a escola*

*por diversas vezes, queria terminar meus estudos, ou começar uma faculdade mesmo, mas eu não consigo* (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).

A violência de gênero na escola é algo reiterado por pesquisadores/as em educação de modo geral, e nos estudos de gênero e sexualidades, especificamente. Richard Miskolci (2012), por exemplo, problematiza a experiência de gênero e sexualidades dissidentes na instituição escolar:

Os desejos são silenciados antes mesmo de chegarem às palavras, já que lhes falta vocabulário para expressá-los, tanto pela tenra idade quanto pela forma como a educação tende a restringir seus horizontes, ao invés de expandi-los. (MISKOLCI, 2012, p. 54)

Bruna comentou que não existia a palavra *bullying* durante a sua trajetória escolar, na década de 1980 e 1990, como um termo funcional utilizado para descrever a prática violenta e reiterada de abuso físico ou psicológico. Se a violência era definida por meio de outro significado, inexistia, segundo ela mesma, qualquer aparato pedagógico que garantisse a proteção de crianças transexuais. Da mesma forma que o *bullying* não era uma questão recorrente de sua época, pouca ou nenhuma era a sua liberdade de questionar a norma binária no ambiente escolar, porque, o termo transfobia, sequer era corrente.

A crítica de Bruna à escola da sua época também se aproxima da problematização de Miskolci sobre o modelo pedagógico utilizado por grande parte do sistema educacional brasileiro, visto como conservador, seguindo uma norma binária e naturalizada de gênero, e, daí, da opressão e violência a qualquer dissidência às normas de gênero ou sexualidade.

O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para quem educar. (...) Educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje inviabilizadas, não reconhecidas ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para ambos. (...) Uma educação que não impusesse modelos preestabelecidos de ser, de se compreender e de classificar de uns aos outros. (MISKOLCI. 2012, p. 47)

Acredito que o que Bruna e Miskolci tentam explorar, cada um à sua maneira, é que a educação pode oprimir, desumanizando crianças e adolescentes não legíveis, portanto, abjetas. como uma criança trans, que confronta a norma binária de gênero e a heteronormatividade. E como existe uma hierarquia nesse modelo de ensino, sem uma troca dialógica, o sentimento, a liberdade de escolha e o interesse por aprender questões além do

plano de aula fechado seriam quase impossíveis de serem alcançados por pessoas que se diferem do sistema moral de pertencimento de quem faz parte de uma sociedade transfóbica.

Naquela época, não agir de acordo com as normas binárias e heterossexuais, causava, como Bruna afirmou, além da violência na escola e mesmo na família, uma falta de entendimento de sua parte, do porquê da não aceitação de sua existência. Hoje ela se considera uma militante contra essas regras morais e, através de suas redes sociais, e de suas palestras, problematiza e critica esse modelo que torna abjeto determinados corpos, desumanizando-os, porque eles não se adequam a tal modelo.

Em nossa entrevista, Bruna comentou que a maioria das pessoas, estranhas a seu núcleo de amizades, inclusive, já fizeram questionamentos invasivos a respeito do seu corpo, e que ainda existem *criaturas que* perguntam a ela, sem qualquer constrangimento, se ela “não teria vontade de colocar silicone”, como se o seu corpo fosse destinado a uma padronização aceita por uma parcela da sociedade, que demanda da mulher cis e, aqui, também da mulher transexual, que ela *tenha peito*.

*Já me chamaram de carrancuda, agressiva, mal educada e outras coisas mais, simplesmente porque hoje eu também questiono o porquê das pessoas quererem ditar normas sobre o meu corpo, sobre a minha aparência. Na escola, hoje eu entendo que era a vítima. Hoje eu não gosto e nem aceito que me coloquem nessa posição. Se riem ou deboçam, eu retruco, eu pergunto: o que tem de errado comigo? Eu tô “cagada”? Hoje eu sei que não tenho o dom de uma pessoa da Academia, eu não sei falar de forma bonitinha, mas eu sei que criticar o meu modo de vestir e zombar da minha aparência é errado, e eu exijo respeito. O meu lado “bruxônica”, herdeira de bruxas legítimas que acredito ser, me faz pular em cima de pessoas que ousem zombar da mulher que me tornei (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

Bruna não foi a primeira pessoa trans a me relatar em campo o quanto sente que são cruéis certos olhares direcionados a travestis, pessoas trans, não binárias etc. Jonas (homem trans de 27 anos), por exemplo, sustentou por diversas vezes que, mesmo tendo barba, usar roupas masculinas e se comportar como os homens cis que, quando a voz, *ainda que hormonizada, falha*, as pessoas questionam se estão diante de um homem ou de uma mulher.

Luísa Marilac<sup>20</sup>, afirma em seu livro que as pessoas que lhe fitavam pelas ruas no Brasil, durante a sua transição de gênero, não se importavam em olhar para o seu rosto, mas

---

<sup>20</sup> Travesti que se tornou conhecida no Brasil devido a um vídeo, feito no exterior, em que denunciava o então namorado, que teria lhe roubado *milhares de euros* – que ela recebeu quando vivia e trabalhava na Europa como profissional do sexo – e desaparecido.

para as genitálias: “os olhos vão corridinhos para os meios das pernas. Um universo inteiro organizado pela existência ou ausência de um penduricalho de carne. Quanta fragilidade!”. (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p.43)

É importante evidenciar que nem todas as pessoas entrevistadas revelaram ter sentido algum desconforto por parte de olhares e comportamentos dos outros, devido à transição. Bruna, no entanto, que foi muito afetada por essas questões na sua infância, hoje se afirma como uma mulher mais segura de si. De acordo com ela, essa segurança vincula-se aos ambientes políticos confrontadores das agências reguladoras de costumes, como o coletivo “Resistência Trans”. Certamente, a aliança, a ideia de um nós que lute por uma existência é fundamental também para a aceitação de si. Não é fácil *se desviar* da norma, e na política, no *caminhar junto* é possível encontrar um modo de lutar pelo direito de qualquer corpo existir livre de violência.

Como sabemos, nem todo mundo tem garantido o poder de caminhar nas ruas ou de entrar em um bar sem sofrer assédio. (...) quando uma pessoa transgênera caminha nas ruas em Ankara ou entra em um McDonalds em Baltimore, existe uma questão sobre se esse direito pode ser exercido pelo indivíduo sozinho. (...) se e quando de fato se torna possível caminhar desprotegido e ainda assim estar seguro, para que a vida diária se torne possível sem medo da violência, então certamente é porque existem muitos que apoiam esse direito mesmo quando ele é exercido por uma pessoa sozinha. (BUTLER, 2018, p. 58)

No final da adolescência, Natália concluiu o ensino médio e iniciou o curso de Engenharia. Somente quando estava terminando a Universidade, começou a questionar sua identidade de gênero. Como já mencionado anteriormente, sua identidade gênero, como mulher transexual, começou a aflorar na graduação, quando ela passou a participar de palestras e encontros que tinham como tema gênero, transição de gênero, identidades etc.

*Foi durante o período acadêmico que eu comecei a me questionar como uma mulher transexual. Não sei se foi por conta do maior espaço para interação entre pessoas lgbtqi+ ou se isto se deu por conta da maturidade que eu já tinha, a liberdade de escolha, e o fato da minha família me entender como bissexual. (...) Ao final da faculdade, eu já estava com os meus cabelos grandes, andava de unhas pintadas e com roupas femininas. Sério, foi algo bem naturalizado. Não recebi críticas de dentro da minha família, e nem mesmo na faculdade. É certo que algumas questões me incomodavam, como a questão do banheiro, mas, as pessoas reagiram super bem. Eu acho que o choque maior das pessoas em si era mais voltado para a sexualidade (não pelo gênero), pelo fato de eu ser bissexual e beijar mulheres, do que por ter me tornado definitivamente uma mulher transexual. (Natália. Entrevista realizada em 17/10/2020)*

Durante todo o seu relato, Natália se mostrou tranquila diante de sua trajetória como uma mulher transexual. Diferentemente de Bruna, ela pareceu não se incomodar com os questionamentos de outras pessoas sobre a sua identidade de gênero, tampouco com as perguntas que poderiam soar invasivas para outra mulher trans. De modo diverso, ela dialogava sempre demonstrando firmeza diante de suas escolhas, afirmando que o local onde ela se encontrava, dentro e fora da escola, sempre foi acolhedor e, se não fosse, ela não percebia, porque buscava não dar margens a esse tipo de opressão.

Interessante que mesmo em uma sociedade transfóbica, Natália foi acolhida em sua transição. Provavelmente, a geração de Natália, que tinha 31 anos na época da entrevista, já tenha uma visão diferente sobre o tema que, é inegável, está na agenda de discussão pública, política, nas ruas, na mídia, nas redes sociais. Os dez anos que separam Bruna e Natália podem ser definidores dessa mudança, ainda que, como sabemos, ainda estamos em uma sociedade cisheteronormativa e LGBTfóbica e no país que, de acordo com dados da ANTRA segue matando mulheres trans e travestis, cuja esperança e vida é de 35 anos por aqui. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, tivemos 85% entre 17 e 35 anos, e 2019 apresentou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos. 2020 teve 73% dos casos entre 15 e 35 anos, e 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. A média entre os cinco anos ficou estabelecida em 80% como sendo a de pessoas até 35 anos assassinadas ao ano, entre 2017 e 2021. (ANTRA. 2022. Dossiê. p.1-142)<sup>21</sup>

Bruna ficou algum tempo fora da escola, e já estava com mais de 18 anos, quando seu pai a chamou para trabalhar em um negócio da família – revenda de iogurtes, derivados do leite e outros artigos alimentícios –, onde ela se estabeleceu por algum tempo. O trabalho do pai garantia o sustento da família e ele acreditava que trabalhar seria importante para ela. Bruna viu aquela oferta como uma oportunidade para sua independência financeira, e por isso aceitou o emprego.

*Eu era o único veadinho no meio daqueles homens recebendo os carregamentos de iogurtes, fazendo a contabilidade e pagando os salários dos empregados. (...), mas, você sabe, né?! O brasileiro é hipócrita, eles não podem ser veados na frente do patrão, mas eu recebia olhares e cantadas escondidas do meu pai. Se o chefe não visse, para eles estaria tudo bem. (...) É claro que eu gostava (das cantadas), eu me sentia querida, desejada, mas ao mesmo tempo entendia que só poderia acontecer se fosse longe dos olhos do meu patrão. Do contrário, eles me olhavam como se eu nem estivesse ali. Na verdade, o respeito só existia porque eu era a filha do dono (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

---

<sup>21</sup> Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023> Acesso em 3 mar. 2022

Bruna trabalhou alguns anos com o pai, mesmo que ele a enxergasse de forma indiferente e a tratasse sempre no gênero masculino. Os negócios começaram a declinar quando emergiram os grandes mercados e atacados, que não pagavam mais pelos produtos à vista, mas apenas os revendiam conforme a demanda de oferta e procura. Isso tudo fez com que os salários dos empregados atrasassem, e ele tivesse que demitir grande parte de seu pessoal, até o momento em que teve de fechar as portas e buscar emprego através de outros fornecedores maiores, até conquistar a sua aposentadoria.

Durante esse período de experiência Bruna também tentou buscar empregos similares nos mercados da cidade, porém, como já aludido anteriormente, a sua aparência e a urgência pela transição de gênero eram coisas maiores a se preocupar, do que sofrer de forma reiterada com os “nãos” de uma parte da sociedade considerada por ela transfóbica.

Natalia disse que não teve dificuldade para encontrar o primeiro emprego, mas reconhece que que esta não é a realidade da maioria das mulheres trans. Ela é branca, tem cabelos lisos, corpo e aparência de uma mulher cisgênera, o que traduz uma maior passabilidade<sup>22</sup>. Essas características contribuem para uma maior facilidade de emprego e ela reconhece isso.

*No fim da minha faculdade, já no último período, surgiu uma feira de empregos na minha cidade. Eu montei meu currículo e, apesar de não ter experiência alguma, fui assim mesmo. Eu estava com o cabelo grande, preso, com as unhas pintadas e maquiada, já me aceitando como a mulher transexual que sou. Passados alguns dias, eu fui chamada para a entrevista e logo fui contratada. (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

Seu primeiro trabalho foi em um banco privado, com atendimento ao público, e Natália exercia as funções básicas do/a bancário/a. Rapidamente ela foi promovida por bom desempenho e passou a gerente de sua seção. Ela argumentou que no início se sentia um pouco desconfortável com os olhares dos/as seus/suas colegas de trabalho, mas diz que nunca chegou a se sentir assediada ou preterida por sua identidade de gênero e afirmou que nunca sofreu transfobia explícita por parte de sua equipe, nem pelos clientes que frequentavam o banco:

---

<sup>22</sup> Ter passabilidade significa ter uma condição favorável a uma pessoa trans de passar-se despercebida como tal, ou seja, passar-se por uma pessoa cisgênera. É uma forma de regulação de gênero, a fim de oportunizar leituras teóricas corporificadas que, mediante questionamento do corpo como dado natural, busca traçar os efeitos das relações de poder na materialização dos corpos (BUTLER, 2003; BAGAGLI, 2016).

*Eu tive algum receio quanto ao banheiro. Eu sentia que as pessoas falavam sobre isto. Mas aconteceu de forma bem natural. Eu sempre usei o banheiro feminino, porque, assim, me entendo como uma mulher transexual, como uma mulher trans, e ninguém nunca me questionou sobre isso. Eu fiquei sabendo depois, que algumas pessoas participaram de palestras sobre diversidade no trabalho e que ali se falou abertamente sobre a atribuição do banheiro em conformidade ao gênero. Então eu acho que por isso fui bem recebida, diferente do que a gente vê por aí (Natália. Entrevista realizada em 17/10/2020).*

A Empresa onde Natália trabalhava tinha aderido a uma cartilha de respeito às diferenças, fundada na capacitação de seus funcionários em relação às pessoas com deficiência (PCD) e diante da iminente contratação de homens e mulheres trans, que passariam a integrar as pessoas que trabalhariam para o banco. Isso, infelizmente, não é uma realidade em todas as empresas no Brasil, mas algumas delas possuem cadastros de oferta de empregos em plataformas como o “transempregos”<sup>23</sup>, destinados exclusivamente para homens e mulheres trans.

Bruna trabalhou com seu pai até ele decretar falência. Quando se sentiu mais segura, pela sua maturidade e experiência no mercado de trabalho, se inscreveu em seleção para trabalhar em uma rede de telefonia, como operadora de telemarketing.

*Depois de me inscrever e apresentar o meu currículo, eu fui chamada. Eu achei que não passaria nem na primeira etapa, porque eu estava, àquela altura, bem mais feminina, performando a mulher que queria ser. Eu estava no dia da entrevista usando uma blusinha apertadinha, calça jeans e uma bolsinha de lado, e o meu cabelo já estava bem grandinho. (...)E foi aí que fui surpreendida, porque tinha passado na primeira etapa. A segunda etapa aconteceria em outra cidade, para recebermos treinamento. E foi aí que tudo desandou. (...) Os candidatos eram todos homens, e eu era a única pessoa meio mulher, meio andrógina no meio de todos aqueles rapazes. (...) Estávamos em uma cidade diferente e em um hotel contratado pela empresa, na qual teríamos treinamento. Assim cada candidato dividiria um quarto com o outro até o treinamento no dia seguinte. Não preciso adiantar que fui desclassificada depois dessa noite, né? Eu acredito que tenha sido desclassificada, porque quando o fiscal, ou aplicador do curso, passou nos quartos e viu apenas uma das camas bagunçadas, tenha entendido que eu pudesse ter dormido com o outro candidato. (Bruna. Entrevista realizada em setembro de 2020).*

<sup>23</sup> Projeto de empregabilidade para pessoas transgêneras. Segundo a sua biografia na internet é o maior banco de dados de currículos e vagas deste segmento no Brasil (Disponível em: Fonte: <https://www.transempregos.com.br/>. Acesso em 15 out. 2020) Em 2020, o programa Transempregos disponibilizou 1.419 novas vagas, ilustrando um crescimento de 315% de pessoas trans, que acessaram o portal em busca de ocupações, em relação ao ano anterior. (Transempregos, 2020). Apesar de aparentemente expressivo, o número de contratações de pessoas trans ainda não denota, segundo as vivências das próprias travestis, homens e mulheres trans entrevistadas, uma realidade formal da manutenção desses empregos, ou até mesmo a disponibilidade recorrente para o grupo da letra T do movimento LGBTQIA+. (Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em 15 out. 2020)

Bruna disse que não dormiu com o outro candidato, e afirma que a transfobia não era velada naquela época, antes, se explicitava no olhar e na suposição do Supervisor da Empresa de que ela teria dormido com o seu colega de trabalho. “... o que uma transexual seria no início dos anos 2000, se não reduzida a um ser marginal, profissional do sexo ou qualquer outra coisa que grande parte da sociedade pensava sobre as mulheres trans?” (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021). É digno de nota que Bruna tenha uma visão pejorativa em relação ao trabalho sexual, o situando na marginalidade. Isso se explicita na fala acima, mas também em outros momentos da entrevista, como se vê no relato abaixo, quando ela sustenta que sofreu com outras negativas de emprego e que essas passaram a ser cada vez mais corriqueiras. Embora afirme que não seria errado *se prostituir*, diz que *nunca precisou* fazer isso. Parece-me que se o trabalho sexual é estigmatizado em qualquer situação, no caso das mulheres trans e travestis, que já são oprimidas e estigmatizadas por sua identidade de gênero, é visto como mais uma questão. Ser acolhida pela família, a afasta de mais um espaço de estigma e discriminação, o trabalho como prostituta.

*Mesmo desempregada, eu nunca precisei me prostituir, não que isso fosse errado, mas porque a minha mãe sempre me deu suporte e me acolhia em meio a todos os não que eu recebia. Apesar de viver em pé de guerra com meu irmão e com meu pai, que não me aceitavam de forma alguma, eles também não permitiram isso. Eles sempre me deixaram ficar em casa, eu sempre tive o que comer, onde ter minhas roupas lavadas e eu sou muito grata a tudo. Mas, por não aceitar me machucar mais, que eu decidi passar pelo meu processo transexualizador, com total apoio da minha mãe e de algumas pessoas que eu fui conhecendo pelo caminho (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

Como já aludido no decorrer deste capítulo, o irmão de Bruna e seu pai não entendiam seu comportamento, tampouco seus trejeitos femininos e seu desejo de realizar a transição, que na visão de ambos, era inconcebível, não natural e repudiado. Com isso o irmão se sentia no direito de agredi-la fisicamente e o pai verbal e simbolicamente.

Para Bruna, mais importante do que trabalhar em uma Empresa era passar pelo processo transexualizador. Como já foi explicado, ainda que com poucos detalhes, na nota 9, o processo transexualizador representa um complexo de expedientes assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS), direcionado à atenção e ao cuidado de transexuais e travestis que tenham o desejo de realizar mudanças corporais através da adequação da aparência física e da função de suas características sexuais, conforme sua identidade de gênero. Implantado no SUS em 2008, é atualmente regulamentado pela Portaria GM/MS nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, coloca-se no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) – Portaria GM/MS nº2.836, de 1º de dezembro de 2011, e encampa ações como a garantia da integralidade e da humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação; a inclusão de procedimentos como a hormonioterapia, mesmo sem indicação para a cirurgia de redesignação sexual e atendimento por equipe interdisciplinar visando acompanhamento psicoterápico, a hormonioterapia e os procedimentos de redesignação sexual. (Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.803, de 19 de novembro de 2013; Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011). Bruna dizia que a maior felicidade estava vinculada ao corpo que era coerente com o que ela era. Isso também era mais importante do que os olhares do pai, do irmão e das empresas:

*Sabe, eu sou de uma época em que o processo transexualizador era de grande importância para mulheres transexuais como eu. (...) eu não tenho quase nada de seios, ainda que tome hormônios há bastante tempo, mas isto nunca me incomodou. Operar pra mim, e “trocar de sexo”, como se era falado na época, era o que eu queria naquele momento. Por isso que eu me inscrevi em uma clínica de Belo Horizonte – MG que realizava, através do SUS, o procedimento transexualizador. Eu fui a primeira mulher trans de Juiz de Fora a fazer isto. Eu fui a primeira operada! (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

Bruna comentou diversas vezes que durante a sua transição os direitos de mulheres e de homens transexuais eram menos reconhecidos e pouco discutidos de forma ampla como acontece hoje. A exemplo disto, ela sustentou a urgência de se passar pela cirurgia de conformação ao gênero, como algo essencial para a retificação de seus documentos para o gênero feminino, o que não é mais necessário. Contrário senso, ela também deixou claro em suas respostas que visualiza hoje em suas amigas uma desobrigação da cirurgia, além de conquistas relevantes do ponto de vista jurídico em torno das mulheres e homens trans, sem que isso necessite de cirurgia, como a retificação do nome.

*Eu acho que se tivesse nascido com a cabeça dessa galerinha, eu talvez não tivesse feito a cirurgia. (...) Olha, eu não me arrependo de forma alguma de ter operado. Pra mim, a operação foi um divisor de águas em minha vida. Eu via na Roberta (Roberta Close) o meu ponto de referência. Parecia que ela estava completa. Eu queria ter aquela sensação comigo. (...) Eu sempre quis ter peito, sabe? Mas, hoje, participando de grupos com outras mulheres trans, eu consigo enxergar que isso não é o mais importante, e me aceito assim. Sou operada e feliz. Mas, se nascesse na mesma época que algumas amigas minhas, talvez não tivesse essa mesma obsessão pela cirurgia. (...) Hoje me parece ter ficado mais fácil para elas: você consegue alterar o seu nome em cartório. Eu tive que esperar cinco anos para fazer isso! (Bruna. Entrevista realizada em 19/01/2021).*

Bruna afirmou que mesmo já iniciado o seu processo transexualizador em 2007, cinco anos depois, em 2011, teve que entrar com um processo judicial para retificação do seu nome, que só aconteceu em 2016. Ou seja, quase 10 anos do início do processo até a retificação do nome. Este processo ficou em tramitação até o ano de 2013, quando ela já havia se submetido à cirurgia de conformação de gênero. Após a cirurgia, Bruna informou que, a pedido da justiça, precisou se submeter, por diversas vezes, a algumas exigências tais quais passar por perícias médicas, cuja maior preocupação se referia ao fato de se identificar se ela tinha mesmo uma vagina, ou se ainda pudesse existir “resquício” de um pênis. Tais exigências, além de patologizante, parecem vincular-se mais à curiosidade de médicos/as.

*Era como se eu fosse uma cobaia. Eles (os médicos) me analisavam, conversavam entre si, abriam e fechavam meu orifício vaginal com tanto desdém, como se eu não sentisse dor com os objetos que eram inseridos dentro da minha cavidade íntima. E isso tudo porque eu estava em um processo judicial para abandonar o meu nome de nascimento e me tornar de fato a Bruna. Para ser Bruna no papel, eles tiveram, antes, que abrir e fechar a minha vagina com o uso de materiais médicos por diversas vezes. Isso era extremamente constrangedor (Bruna, entrevista realizada em 19/01/2021).*

Bruna precisou lutar, a princípio, sozinha, inclusive procurando a emissora de TV local para denunciar a morosidade do judiciário. Depois de sua entrevista na rede televisiva, obteve apoio de grupos sociais e ativistas LGBTQIA+ da cidade que contribuíram para a busca de celeridade. Atualmente, como já foi dito, a retificação é realizada em cartórios, sem exigência de cirurgia, e de qualquer laudo realizado por profissionais da saúde e sem a necessidade de processo judicial.

Não posso afirmar que para Natalia, em comparação à Bruna, o percurso tenha sido mais fácil, nem quero fazer esse juízo de valor. Contudo, é inegável que houve avanços em relação a alguns direitos e outras conquistas coletivas em pouco mais de uma década de diferença. A criação de plataformas como o Transempregos, em parceria com empresas privadas, por exemplo, pode ter impulsionado uma mudança de pensamento de alguns setores da economia, ou mesmo a criminalização da homofobia, em 2019 pelo STF, pode ter gerado de alguma forma, uma alteração no modelo de contratações baseada na inclusão. Observe que a própria Natalia informou que a sua empresa havia passado por palestras sobre a inclusão de pessoas trans no quadro de funcionários antes de ser contratada.

Lembremos, no entanto, que a discussão neste capítulo parte da trajetória de duas mulheres autodeclaradas transexuais em cenários específicos de observação, partindo-se da

análise de três quesitos: infância, escola e trabalho. Obviamente, não se pode generalizar trajetórias de outras mulheres trans a partir desses casos.

## 5. CAPÍTULO 4: IDENTIDADES EM DISPUTA: a construção da identidade de gênero por pessoas trans

Se as identidades de gênero de pessoas cisgêneras são pouco acionadas, não se pode dizer o mesmo em relação às identidades transgêneras. Dificilmente a discussão e afirmação dessa identidade não vem à tona em diferentes situações da vida dessas pessoas. Evidentemente, isso se deve ao fato de que a própria existência trans (travesti, agênero, transexual, não binárias etc.) na maior parte das vezes não é inteligível e, daí, é desumanizada (BUTLER, 2003). Nesse contexto, a identidade emerge e, com ela, a sua nomeação que, como foi percebido na minha pesquisa de campo, também pode ser pensada como um território em disputa.

Com base nas observações, conversas informais e entrevistas realizadas para esta pesquisa ficou evidente que a forma como se declaram – por exemplo travestis ou transexuais – pode mudar e se vincula a contextos de identificação, inclusive com personalidades midiáticas, mas também de ativismo e de leituras sobre a temática. Dessa forma, algumas das mulheres com quem conversei afirmavam que se identificavam como transexuais, pela importância que tiveram mulheres como Roberta Close, Rogéria, Lea T<sup>24</sup>, entre outras, e que causaram um impacto positivo para elas, contribuindo, por exemplo, para perceberem como legítima sua própria identidade. Outras entrevistadas me disseram que se no início de sua transição se denominavam transexuais, com o tempo passaram a se perceber como travesti, agênero ou transgênero. Essa mudança de percepção, de acordo com algumas delas, teria acontecido pelo conhecimento da literatura ou pela análise da construção de alguns termos, como transexual, ligado ao discurso e ação médicos.

*Eu prefiro que você me chame de travesti. Aliás, é assim que eu me identifico para todos os meus alunos e também em todas as minhas redes sociais. Eu brinco com eles e com os professores que eu sou uma “travessora”. (...) Eu não gosto do termo transexual, e acredito que ele deveria ser a cada vez menos viabilizado pela comunidade LGBT. O termo transexual vem de uma ordem de patologização enorme contra as travestis. Foram os médicos que disseram que nós estávamos dentro de corpos errados, reduzindo nossas vidas em eternas disforias, transtornos mentais, doença mesmo. O termo travesti, pelo contrário, representa resistência, a luta de mulheres, a princípio declarada pela imprensa e sociedade como profissionais do sexo, quando em verdade, éramos artistas, donas de casa e também profissionais do sexo, qua, numa época em que não bastava nossas irmãs morrerem de AIDS, nós tínhamos que ser cassadas pelos policiais da ditadura. (Juliana, 37 anos. Entrevista realizada em 09/12/2021)*

---

<sup>24</sup> Travestis e mulheres transgêneras reconhecidas no Brasil. Rogéria já fez muitos trabalhos como atriz, Roberta Close e Lea T são modelos fotográficos.

Juliana é professora universitária e leciona Física e Matemática em uma universidade pública. Esse ambiente, segundo ela, é ocupado quase que por unanimidade por homens cis. Em seus relatos ela se mostrou bastante segura em relação à convivência com docentes e ainda mais com discentes. Se, quando entrou na Universidade como professora se sentia um pouco vigiada, percebendo “olhares” direcionados a ela, principalmente de professores/as e funcionários/as da instituição, não sentia esse “desconforto” da parte de alunos/as. Com discentes, o convívio era bem mais leve, uma vez que ela logo se apresentava como “travessora”: travesti e professora e enfatiza que o uso do termo travesti não é visto como problema.

*Ao contrário do que possa parecer, eu não vejo as pessoas criticarem a forma como eu gosto de ser identificada e que, aliás, faço questão: Travesti! Se acontece, deve ser de forma velada, ou mesmo porque eles nem se interessem em saber. (...) No início eu percebia um ou outro me olhando torto por usar o banheiro feminino, mas muito mais pela curiosidade, do que pela transfobia. Na academia, eu não sinto a mesma transfobia que sentia quando morava com a minha família. Aliás, eu não gosto de falar muito sobre essa parte e gostaria que nossa entrevista não fosse levada para o contexto familiar. (Juliana, entrevista em 09/12/2021)*

Juliana busca, parece-me, minimizar acontecimentos que poderiam ser observados como transfobia, como *certos olhares vigilantes* ou *tortos*, neste último caso, devido à frequência ao banheiro feminino. Difícil afirmar que a professora negue a transfobia. Talvez o *contexto familiar* tenha sido cruel a ponto de ela nem se sentir mal frente a *olhares tortos* ou *vigilantes* dentro do trabalho, pois, como se percebe pelo seu relato, ela foi categórica ao dizer que não queria tratar do tema da família na entrevista. Juliana foi uma das únicas pessoas entrevistadas que não me deixou em momento algum que eu adentrasse em quesitos que envolvessem sua transição no ambiente familiar. Ao contrário, era sempre enfática quanto a não responder questões que abordassem sua família, o que, obviamente, foi acatado.

Na pesquisa de campo, fui percebendo a disputa em relação ao uso de diferentes categorias identitárias, mas, especialmente, em torno de *travesti* e *transexual*. Juliana criticava com veemência o uso do *transexual* e, para entender o porquê, perguntei qual era o verdadeiro motivo de sua crítica ao termo:

*Acho errado! É um termo degradante, que tenta nos patologizar, nos colocar como doentes, como aconteciam nos experimentos médicos utilizados no passado. É um termo que eu repudio totalmente, e foi por isso que quando você me procurou, eu fiz questão de saber se você iria me entrevistar dentro de um contexto, no qual você me encaixaria como transexual. Eu fiz todas aquelas perguntas para você, justamente porque já participei de outros projetos onde os entrevistadores me tratavam como uma mulher transexual, sem sequer perguntar*

*como eu me sinto em relação a este termo, e por isso não participo mais de qualquer estudo, sem antes saber onde estou me colocando.* (Juliana. Entrevista realizada em 09/12/2021)

Como se vê pela fala acima, Juliana não aceitou ser entrevistada antes de discutir comigo algumas questões do meu próprio trabalho. Além de perguntar como seria tratada na dissertação, perguntou o que eu já tinha lido para escrever o projeto, se autores/as transgêneres, não binários e travestis estariam inseridos na proposta e qual seria o intuito da conversa. Em sua entrevista, Juliana demonstrou que ao falar de si e da temática de gênero, tinha como base não apenas sua biografia, mas a leitura de bibliografia que contava com autores/as, Paul B. Preciado<sup>25</sup>, Amara Moira<sup>26</sup>, Laerte<sup>27</sup> e outras/os.

*Eu fiquei muito contente quando você mencionou Paul B. Preciado e até a Judith Butler, que eu não gosto muito. Acredito que ela seja boa no que escreve, mas que não tenha a vivência de uma travesti. Perguntar como eu prefiro, gosto e quero ser identificada também é algo muito significativo pra mim. Existiram centenas de travestis antes de mim, e é muito importante hoje eu poder me assumir assim, diante de um contexto de lutas, apedrejamentos e prisões dessas mulheres que não tiveram a mesma oportunidade que hoje eu tenho. Eu fico realmente lisonjeada quando alguém me pergunta como gostaria de ser tratada, digo, em qual termo. Se você já vem com a ideia pronta de que eu sou uma mulher transexual, eu já me armo por inteira* (Juliana. Entrevista realizada em 09/12/2021).

É interessante chamar atenção para o fato de que ela afirma não gostar muito de Judith Butler, mas, pelo que se nota em sua narrativa, o problema com a autora não se refere ao conteúdo do trabalho, mas ao seu gênero. Certa desconsideração ou desautorização de falas e textos de diferentes autoras/es por seus privilégios tem se tornado comum, como apontam Larissa Pelúcio e Thiago Duque (2020) em um artigo sobre a metáfora do *cancelamento* e a ideia da apropriação do *lugar de fala* como mordada moral. Para essa discussão, Pelúcio e Duque discutem alguns eventos que ocorreram no Brasil entre 2005 e 2017 e que, pelo menos desde 2010 vem atacando autoras/es não pela sua discussão teórico/acadêmica, mas pelos seus corpos cisgêneros. Um dos eventos foi o Seminário Queer, em São Paulo, em 2015 e, dessa vez, os protestos se voltaram contra Richard Miskolci:

<sup>25</sup> PAUL B. PRECIADO é filósofo e um dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade. Fonte: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=10710>.

<sup>26</sup> Escritora, Professora de literatura e Doutora em Letras pela Unicamp, Fonte: <https://www.amazon.com.br/se-eu-fosse-pura/dp/8593911226>

<sup>27</sup> Cartunista, ilustradora e roteirista. Uma das mais importantes cartunistas do Brasil é criadora de personagens emblemáticos como os Piratas do Tietê, Hugo Baracchini e Overman. Com um humor ao mesmo tempo refinado e mordaz, explora temas relevantes da existência humana. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24989/laerte> Acesso em 02 fev. 2022)

Aquela tensão (...) se fez sensível nos burburinhos de protesto diante de uma colocação de Miskolci ao comentar a obra de Gayatri Spivak (2010), *Pode o Subalterno Falar*. Disse o sociólogo respondendo uma questão colocada pelo público sobre como ele, Miskolci, enxergava a não presença de minorias políticas e sociais no evento “sem um lugar direto de fala. Como reverter tal quadro se ainda precisamos falar por eles?”. A pergunta foi bastante aplaudida pela plateia. Em sua resposta o sociólogo diz que não estava disputando ali lugar de fala com ninguém, ao contrário, ele mesmo vinha de um histórico de violências e que havia assumido academicamente um compromisso político com aqueles(as) “que sofrem. Com os corpos que são violentados e tolhidos na sua autonomia e na sua agência”. (...) ele ressaltou que falava “com os outros” e não “pelos outros”. (...) O Seminário passou a ser chamado jocosamente de “Cisminário”, em uma alusão ao termo cisgênero, conceito potente política e epistemologicamente, mas que naquele contexto tornara-se apenas acusatório. A organização do evento foi apontada nos meios digitais de ter feito um evento apenas com palestrantes “privilegiados(as)”, “cis brancas(os)”. Naquele cenário, a crítica esteve mais voltada aos corpos que às ideias ali proferidas. (...) acreditamos que o debate teria crescido muito se tivéssemos sido alvo de críticas ao que escrevemos, como teorizamos e como eticamente estivemos implicadas nas nossas pesquisas ao invés de apontarem para nossos corpos. (PELÚCIO, DUQUE, 2020, p, 144-145)

A crítica de Juliana à Judith Butler também se refere ao seu corpo cis: “*Acredito que ela seja boa no que escreve, mas que não tenha a vivência de uma travesti*”. E, creio, esse tipo de crítica precisa ser problematizado, até porque, como aponta a própria Butler (2018), as lutas deveriam ser coletivas e compostas por alianças, alianças essas que envolvem diferentes corpos e, por que não, identidades, mas essas entendidas não como fixas e estáveis.

A princípio, parecia que Juliana não estivesse disposta a conversar e estender o assunto sobre perspectivas de autores/as que não fossem abertamente trans ou que não tivessem a vivência de uma travesti, mas com o passar do tempo, eu entendi que, em verdade, ela tinha interesse maior em conhecer, ler e se inteirar mais sobre autores/as que se parecessem genuinamente com ela, ou que tivessem ao menos trajetórias similares. No entanto, a problematização ainda é importante. Evidentemente que é fundamental a teoria feita por pessoas trans e travestis, como também por mulheres, mulheres negras e não brancas, entre outros corpos minoritários nesses espaços de saber-poder, no entanto, isso não pode deslegitimar a teoria feita por corpos não trans. “Temos que estar atentas para não deixar que a densidade da experiência seja rarefeita e se condense no monolitismo da identidade, sobretudo, quando essas servem mais ao neoliberalismo do que à rebelião” (PELÚCIO; DUQUE, 2020, p. 147).

Luísa Marilac, já na década de 1980 afirmou que o gênero travesti lhe foi imposto, e à época de forma totalmente pejorativa, pois atrelado às mulheres que viviam na estrada

*fazendo a vida*, por meio do sexo pago. Ainda que ela tivesse moradia fixa, ter renda para pagar suas contas, ser travesti era viver escusa do dia, e só poder caminhar pelas ruas com um pouco mais de tranquilidade na noite.

Quer um nome para o que sou? Chame de Travesti. Travesti. Isso mesmo. A palavra na qual se cuspiu. A palavra que não cabia no dicionário, nos seus livros de biologia ou na mesa de jantar da família tradicional brasileira cabe perfeitamente na marginalidade da minha vida. Quero todos os significados que ela traz. Travesti é mulher ou é homem? você me questiona. E eu te respondo: por quê? Por que você precisa dessa pergunta? Travesti como gênero autônomo. Travesti porque causa confusão. Travesti porque não é simples pra mim. (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 145)

Embora haja maior visibilidade das travestis contemporaneamente e uma reivindicação política do uso do termo, ainda hoje elas são marginalizadas e isso tem início em um passado de represálias e perseguições às pessoas LGBTQUIA+ e, principalmente, às pessoas trans e travestis.

Desde 1924 no Brasil, as chamadas Delegacias de Costumes se valiam da Lei de Vadiagem para prender pessoas que realizassem práticas sexuais que não agradassem a polícia. Mais do que isso a lei deu autoridade à polícia para regular os vadios do espaço público da rua. No caso dos vadios incomodarem os ditos cidadãos de bem, isso representaria uma perda da autonomia da polícia sobre o espaço público. Em 1976, uma equipe especial chefiada pelo delegado Guido Fonseca foi designada para fazer um estudo de criminologia sobre as travestis e a contravenção penal por meio de uma portaria do 4 ° Distrito Policial da área da Consolação. (...) Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 32 flagrantes, contabilizado 13,5% do total. O resultado mostra que 398 travestis foram importunadas com interrogatório sem serem vadias e obrigadas a demonstrar comprovação de trabalho com mais exigências que o restante da população, já que a Portaria 390/1976 da Delegacia Seccional do Centro estabelecia que travestis deveriam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, a qual era encaminhada pela autoridade seccional para arquivo destinado somente às travestis. As travestis que não apresentavam os documentos exigidos pela polícia eram encaminhadas ao distrito, onde aguardavam a formulação do inquérito que, em seguida, se tornaria processo por vadiagem. (...) O texto da portaria 390/1976 instituiu uma ligação entre a imagem feminina e a nocividade ao atrelar o tipo de vestimenta à criminalidade. (GREEN; QUINALHA, 2014, p. 156,157)

O trecho ilustrado acima demonstra de maneira enfática que o cotidiano de travestis na cidade de São Paulo era demarcado quase sempre por batidas policiais em locais públicos nos quais elas exerciam ou não trabalhos sexuais, visto que a vestimenta contava muito, segundo a portaria 390 de 1976, para identificar quem era “vadio” e quem não era. Atente-se ao fato de que se a travesti fosse pega pela autoridade policial e não tivesse como comprovar que trabalhasse, tendo carteira de trabalho assinada, seria fichada pela delegacia mais próxima, bem como era instaurado após, processo por vadiagem.

Neste estudo, quando colocamos em tela duas mulheres declaradamente travestis, Luisa Marilac (escritora e personalidade pública) e Juliana (professora), cada uma à sua época e com a sua trajetória pessoal, verificamos que Luisa Marilac viveu os resquícios de suas *irmãs* travestis marginalizadas e perseguidas durante a década de 1970, tendo de conviver com o estigma e a discriminação uma década depois, quando já no mercado da prostituição em São Paulo, nos anos 1980, época em que a epidemia de Aids era considerada uma causa não de saúde pública, mas de demonização da comunidade LGBTQIA+.

Juliana, como já explorado nas linhas anteriores informa que se orgulha da trajetória de suas antecessoras e do poder da resignificação do termo travesti como algo positivo, visto que se tratava de travestis perseguidas de forma desmedida por uma parcela da sociedade que desconsiderava a vivência e a trajetória daquelas. Marilac, que tem outro motivo para se identificar como travesti, explicita isso em sua biografia:

A palavra travesti é usada, principalmente, por razões políticas e pode descrever uma série de indivíduos diferentes. No meu caso, me identifico como travesti porque me enxergo na fronteira entre o que é ser homem e o que é ser mulher e estou muito bem assim. Para outras pessoas, definir-se como travesti significa respeitar a história de pessoas que viveram sua sexualidade na marginalidade e com muita luta. É um termo elástico assim. (MARILAC; QUEIROZ 2019, p. 162).

O que percebi na pesquisa de campo, no entanto, é que da mesma forma que existem mulheres que acionam essa identidade politicamente, *sou travesti, me chame de travesti*, também há aquelas que se definem como mulheres trans ou como transexuais. Como se sabe, e já foi discutido nesta dissertação, o gênero é a primeira forma de classificação e, como aponta Judith Butler (2003), essa classificação pode humanizar, tornar inteligível ou desumanizar, tornar abjeto. Os gêneros inteligíveis seriam aqueles que mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Uma travesti desorganiza essa relação e, assim, se torna abjeta. Nossa sociedade heteronormativa pune aquelas pessoas que não desempenham de modo correto o seu gênero.

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, 2003, p. 39)

O uso do termo transexual pode vincular-se a esse desejo de inteligibilidade. Se Juliana aponta para a sua patologização, também não se pode negar que uma “identidade”

legitimada pelo discurso médico pode ser mais facilmente humanizada. Por outro lado, há quem não deseje marcar essa identidade, como Yane que, mesmo afirmando não ter problema com o uso dos termos transexual ou mulher trans, afirma que a palavra tem peso.

*Eu, desde quando iniciei a minha transição, sempre me declarei como transexual. É claro que nós passamos por mudanças, e hoje eu digo, quando me perguntam que eu sou uma mulher trans. Em determinados momentos, eu acho até chique falar que sou uma mulher trans. (...) Eu não tenho problema com o/a transexual. Eu fico chateada às vezes com o peso da palavra. Por exemplo, minha mãe uma vez, com uma vizinha nova do prédio fez eu me sentir muito envergonhada, ela disse assim: olha, essa aqui que é a minha filha, ela é trans! Ela fez questão de evidenciar o trans, me fazendo parecer um ser de outro planeta. Quem não me conhece, tem certeza de que eu sou uma mulher biológica. Eu tenho peitos, minha voz é bem fina, meu cabelo grande, eu só não sou operada. A minha mãe não precisava ter me exposto daquela forma. São essas coisas que me machucam. (Yane. Entrevista realizada em 16/01/2022).*

Embora tenha peso, Yane não vê o termo transexual como pejorativo. Diferentemente de Juliana e Amy – também interlocutoras desta pesquisa – que vinculam a palavra transexual à patologização de corpos que não são cisgêneros e se incomodam com isso, é o termo travesti que causa incômodo em Yane.

*Eu já não gosto é que me chamem de travesti. Sei lá, eu não acho que fica legal. Eu gosto das músicas que falam sobre as travestis, como as da Mc Xuxú, mas eu prefiro me declarar como transexual, ou só mulher trans. (...) Onde eu trabalho, eu ganho muito mais sendo transexual. Eles preferem e pagam mais para uma transexual, do que para uma mulher cis. Não tem como eu ser contra aquilo que paga as minhas contas. (Yane. Entrevista realizada em 16/01/2022)*

Para Yane, o radical trans pode fazer referência ao termo transgênero, porém, parece que ao fazer tal abreviatura, ela está se referindo também a transexual. Para ela, que não aciona essas palavras pela via do ativismo, a patologização não é um problema a ser enfrentado.

No coletivo *Resistência Trans*, espaço do meu trabalho de campo, a divisão do grupo, se deu exatamente pela disputa em torno do uso mais adequado para se referir às pessoas trans, com destaque para Bruna e Amy, conforme já contextualizado no capítulo três desta dissertação: *Resistência Trans: notas iniciais sobre a disputa entre os membros do coletivo pela hegemonia de uma identidade política*. Yane, contudo, afirma que esta não é sua maior preocupação. Para ela, existem questões muito mais sérias e discriminatórias do que a terminologia “mais adequada”. Ela contou, por exemplo, que antes mesmo de trabalhar como acompanhante, quando ainda não tinha iniciado a sua transição, já era chamada de garota de

programa pelas pessoas de sua cidade natal. Relatou que cursava a faculdade à noite, em uma cidade vizinha, e quando voltava para casa muito tarde, em decorrência do atraso do ônibus, os olhares em sua direção eram sempre de desconfiança sobre o que ela estaria fazendo na rua até aquelas horas.

*Eu era bem afeminada, afetada mesmo. Tinha a voz da Pabllo Vittar, bem menininha. Mas, eu estudava, era inteligente, fazia faculdade a noite e trabalhava durante o dia. Chegar de noite da Faculdade, acompanhada ou sozinha, não importa, eu já era para os vizinhos uma puta. E, ao contrário, era tão tímida, e tinha tanta vergonha de tudo, que eu só fui transar com um homem depois de ter colocado meu silicone. O que me deixa chateada, não é ser transexual, eu amo ser do jeito que eu sou, tenho orgulho disso. Me deixa triste é olhar para trás e lembrar de tudo o que as pessoas falavam, das coisas que chegavam no ouvido da minha mãe. Hoje eu sou puta mesmo, larguei o meu emprego de carteira assinada, e sustento minha casa como puta em São Paulo. E ainda mando dinheiro para minha família, mas na época, só por ser uma mulher trans, eu automaticamente era para as pessoas da minha cidade uma mulher da vida. (Yane. Entrevista realizada em 16/01/2022)*

Como foi mencionado acima, houve uma ruptura entre os/as/es participantes do Grupo *Resistência Trans*, que teve como motivação principal, mas não única, as questões atinentes à identidade adotada por sua fundadora, Bruna. O grupo, inicialmente formado por Bruna (41 anos), interlocutora fundamental desta pesquisa, e que se afirma como transexual, acabou cedendo espaço para uma outra interlocutora deste trabalho, Amy (19 anos), que aos poucos foi assumindo no grupo papel de relevância, atuando como integrante do *Resistência Trans*. Amy, como já é sabido, divergia de Bruna em algumas questões, entre as quais o uso do termo transexual. Quando em suas palestras, Bruna se declarava transexual, Amy tentava silenciá-la, arguindo que isso era um problema, pois poderia parecer que todo o grupo, composto por travestis, homens e mulheres trans, não binários etc., se identificava dessa forma. Na visão de Amy, a transexualidade não estava apenas ligada à questão patológica, de inferiorização da construção da identidade de gênero, mas uma afronta à própria literatura acadêmica.

*Eu sei que Bruna e Amy tiveram algumas brigas em relação ao uso do termo transexual. Eu nunca liguei pra isso... Tanto que antes de me definir como agênero, eu me entendia como transexual. Mas, hoje, antes de escrever qualquer coisa, eu sempre mando um zap (whatsapp) para ela (Amy), com receio de escrever alguma coisa que possa ofender alguém na nossa página do Resistência no Instagram. (Jonas, 27 anos. Entrevista realizada em 25/09/2020).*

Jonas também é um dos membros do coletivo *Resistência Trans*. Para ele, ficar em meio a essas brigas por terminologias “corretas” nunca foi uma tarefa fácil, e isto porque, de

acordo com ele, gostava das duas mulheres de forma idêntica, mas se preocupava, sim, com a maneira em que iria usar os termos nas páginas sociais, diferentemente de Bruna, que não aceitava mudar a forma como se definia por causa das questões de Amy.

*Eu sou transexual e pronto. Não é a visão de uma acadêmica que vai mudar a forma como eu me enxergo e me aceito. Eu sou de uma outra época, em que mulheres como Roberta Close, Rogéria<sup>28</sup> e tantas outras eram transexuais. Por que eu, se eu digo isso em voz alta é ofensa? Existem tantas questões mais importantes do que isso. Ela (Amy) me chamou a atenção na frente de todo mundo, me fez parecer idiota. (Bruna. Entrevista realizada em 10/09/2020)*

Nos encontros que aconteciam à noite, Bruna já demonstrava, mesmo a partir de seus olhares, perceptíveis por quase todos/as que já estavam inseridos na sua rede de amigos/as, o quanto estava insatisfeita com Amy conduzindo as reuniões. Entretanto, além dos olhares, o desconforto entre as duas era tamanho que acabava sendo observado pelas demais pessoas ali reunidas.

Foi em conjunto com essas pessoas que pude, como já descrito na introdução desta dissertação, colher telefones de contato, redes sociais e um caminho aberto para entrevistar de forma privativa as interlocutoras em disputa (Bruna e Amy) e entender mais sobre o que estava de fato acontecendo. A conversa se alongou em algumas ligações telefônicas, especificamente com Bruna, e até mesmo um café, que ela me convidou para compartilhar, quando eu pude compreender que a disputa era política, e que se tratava de qual seria a melhor identidade a ser veiculada nas redes sociais, de forma que não ofendesse as pessoas que acessassem o canal no Instagram. Essa descoberta aconteceu logo após o primeiro encontro presencial do *Resistência Trans*. Ali dava para sentir entre as duas um clima tenso, mas imperceptível para quem desconhecesse o tema, e estivesse na reunião pela primeira vez. Ao se identificar como transexual, Amy, que estava no centro, ainda que Bruna estivesse presidindo a reunião, já soltava um respiro longo e forte, mirando os seus olhares para Jonas, que também se sentia incomodado, porque gostava das duas. Amy, no entanto, era enfática e, quando não mais aceitava que Bruna continuasse falando, mudava o foco da reunião para outros assuntos, que não abordassem essa questão individual, e não compatível com o grupo, na sua perspectiva.

---

<sup>28</sup> Embora Bruna tenha dito isso em entrevista, Rogéria nunca se definiu como transexual, ao contrário, para ela, transexual se referia às pessoas que realizaram a cirurgia de redesignação sexual ou que desejassem fazê-la o que, para Rogéria, era visto como mutilação. Cf JAYME, 2001.

Para Bruna, no entanto, Amy a ofendia presencialmente – pelo menos foi isso que ela me alegou, em conversa privada –, durante algumas palestras em que elas eram convidadas a fazer em outros coletivos LGBTQIA+, nas quais eu não estava inserido, porque aconteceram antes da minha pesquisa de campo. Segundo Bruna, como não existia um consenso, dentro e fora do coletivo, e se sentindo desgastada porque Amy não estaria disposta a dialogar sobre as identidades plurais, decidiu se desvincular da frente do Resistência Trans, continuando somente como seguidora do grupo, e, desde então, Amy se tornou a representante oficial do coletivo.

*Como uma menina que acabou de completar 19 anos pode me ensinar o que é vivência, ou querer calar a minha voz quando eu me assumo como transexual? Eu não julgo ela ter uma opinião diferente da minha, eu julgo ela me olhar de cara feia, porque eu me assumo como transexual, sem ceder à ideia de que eu sou apenas transgênero e só. Eu não precisei abrir um livro para saber que eu era uma mulher, eu sou mulher! Uma mulher transexual, operada, bruxa, militante e com muito orgulho. (Bruna. Entrevista realizada em 10/09/2020).*

É importante destacar que o desentendimento entre as duas acontecia sempre de forma velada, nunca exposta para as outras pessoas, ainda que pudesse transparecer pelos olhares. Mas é possível afirmar que só quem de fato sabia sobre o atrito entendia tal desentendimento. No entanto, no grupo de *Whatsapp* do coletivo as ofensas e rixas eram bem maiores, e chegaram a ser tão calorosas, que Bruna preferiu abdicar da frente do RT, assumindo que não tinha uma visão acadêmica para contrapor a sua identidade de gênero, transexual, com a preferível por Amy. Embora Bruna afirme na fala acima que Amy, inclusive pela pouca idade, não deveria *calar sua voz*, na realidade, ela acabou se distanciando do grupo que tomava a frente do coletivo que ela, com outras pessoas, fundou.

Quando entrevistei Amy, ela me tratou de forma ríspida. Talvez porque já soubesse que eu havia entrevistado Bruna. Parecia que ela pensava que eu estava ali para contrapor as suas ideias à de Bruna, que já era minha amiga. Como Juliana, ela me alertou para que eu não a tratasse como uma mulher transexual:

*Eu entendo que algumas pessoas possam se autoafirmar como transexuais, mas esse termo não é o melhor para definir pessoas trans. Transgênero é o mais adequado. Eu não sou uma mulher definida pela minha sexualidade, ou pelo que os médicos e a medicina disseram sobre mulheres trans no passado. Eu não posso chegar e escrever no Instagram que somos pessoas transexuais levando-se em conta uma pluralidade de pessoas que existem por aí. Não, eu não posso usar esse termo e estudar numa universidade pública, na qual eu aprendi que está errado,*

*e ainda correr o risco de poder ofender pessoas nas redes sociais. (Amy. Entrevista realizada em 11/11/2020)*

A entrevistada me pareceu não muito solícita no início da nossa conversa pelos motivos apresentados acima. A cisão do coletivo RT e a minha proximidade com Bruna, parecia afetar diretamente a nossa interação, e as respostas pareciam sempre estar direcionadas à Bruna, como se eu fosse contar sobre a nossa entrevista a ela, o que, naturalmente, não ocorreu.

Aos poucos, Amy foi se soltando e nossa entrevista se tornou menos formal, quando ela começou a falar de sua vida pessoal e de sua transição.

*A minha transição foi muito radical. Eu já utilizava o nome Amy como nome social, e isso impactava a sociedade com que eu convivía. Um exemplo muito louco foi quando eu fui até a Universidade me matricular. Eu estava musculoso, com barba no rosto, roupas largas, e isso tudo somado à minha estatura. No momento em que me chamaram por Amy, a sala repleta de gente para fazer suas matrículas começaram a me vigiar da cabeça aos pés. O técnico administrativo já foi menos invasivo, ele simplesmente me perguntou se era por aquele nome mesmo que eu gostaria de ser chamada. A minha resposta foi afirmativa, e assim eu segui para o meu primeiro dia de aula. Na sala de aula, foi ainda mais impactante. Porque eu ainda não tinha retirado a barba, e estava ali, com roupas que vestem o corpo masculino. Mas, de fato eu já era a Amy, desde a matrícula, até a confirmação no primeiro dia de aula. (Amy, 19 anos. Entrevista realizada 11/11/2020).*

Amy relata que antes mesmo de parecer feminina, como espera uma parte da sociedade onde nome e gênero são sempre associados, ela já se percebia como uma mulher em transição. Era uma decisão, segundo ela *definitiva*. O que as pessoas esperavam dela, ou o que a comunidade acadêmica iria dizer, não lhe era importante, interessava, antes, a sua decisão. Amy relatou, ainda, que a convivência com os pais era um pouco conturbada. Embora ela não quisesse alongar conversas sobre sua família, explicitou que sair de casa foi o primeiro passo para que ela começasse a se transformar na Amy que já habitava o seu ser:

*Quando eu me mudei de casa, e passei a morar sozinha, eu mudei tudo. Eu já não estava mais com barba, nem com qualquer aspecto masculino, minhas unhas já tinham crescido, meu cabelo já ultrapassava os ombros, e eu comecei a conviver e passar pelos meus caminhos com vestidinhos, calças mais justas, blusinhas etc. Eu literalmente era a Amy. Para a minha família que estava acostumada a me ver como andrógina, foi um choque, mas para mim, foi uma libertação. (Amy. Entrevista realizada 11/11/2020).*

Amy falou um pouco sobre o fato de seus familiares não aceitarem sua transição, mas não me permitia ir além disso. Para ela, sua mãe e seu pai eram pessoas importantes,

principalmente a sua mãe, mas nesse estágio da vida, ela estava preocupada em *se fazer* feliz, permitir-se ser e agir como a Amy que se no passado era latente, hoje se expunha nos ambientes em que circulava. A transição de Amy não foi algo simples, como é comum entre as travestis e pessoas trans, ela sofreu transfobia em casa e no trabalho. Assim, apesar de se sentir bem consigo mesma, ao transicionar, enfrentava um modelo de opressão que não parecia ser menor fora de casa.

*Hoje eu moro sozinha, minha mãe até me ajuda, e eu tenho e preciso trabalhar para sustentar minhas roupas, meus hormônios, minha rotina acadêmica, livros etc. Gosto da minha casa, não tenho questões graves com a minha família, mas eu prefiro viver sozinha durante a minha transição.* (Amy, entrevista realizada em fevereiro de 2021)

Amy exalava um ar de extrema liberdade ao falar sobre sua transição em nossa conversa privada, e no *Resistência Trans* buscava, à sua maneira, auxiliar pessoas que pudessem ter dificuldades de construir suas identidades no presente, contudo, é inegável que as marcas da transfobia ainda estavam presentes em seu olhar, principalmente quando na entrevista online, sem o uso da máscara que cobria parte do seu rosto.

Este capítulo pretendeu refletir sobre as motivações que levaram à ruptura de um grupo, o coletivo *Resistência Trans* que, como foi discutido, parte de uma discordância em relação à terminologia adequada para nomear pessoas transgêneras (travesti ou transexual). O que importa nessa discussão, no entanto, é analisar a tensão política que o uso de um ou outro termo revelou e, talvez mais importante, o quão as classificações importam, embora seja comum ouvir que não se deve pensar as identidades em “caixinhas”. Se, à primeira vista, pode parecer que a construção de uma identidade transgênera se faz apenas em oposição à identidade (e norma) cisgênera, o que se nota no caso investigado aqui é que dentro desse “guarda-chuva” trans ou transgênero, há diferenças e disputas, como já havia apontado Juliana Jayme (2001), ao diferenciar travestis, transexuais, transgêneros, entre outras identidades. Para a autora, haveria, de um lado, uma identidade trans que se afirmava em oposição à identidade cisgênera, embora na época da publicação de sua tese, não se usasse esse termo, mas também identidade travesti em oposição a transexual, para ficar com apenas um exemplo.

Amy e Juliana não aceitam ser chamadas de transexual, talvez não aceitem nem o termo, porque ele foi criado dentro da medicina e, assim, patologizaria uma identidade. O uso do termo travesti, então, revelaria resistência e ressignificação de uma palavra que

sempre foi utilizada de modo pejorativo. Bruna, por outro lado, se afirma como transexual porque é mulher, sempre se sentiu mulher. Em nossas conversas, ficou evidente que ela também se opõe à patologização de sua identidade, mas não acredita que o uso desse termo por si só, denote a patologização. Creio que ela também o ressignifica, o tomando como identidade e não como uma doença, com CID definido.

Há ainda outros termos, ou identidades, reivindicados por pessoas que participam do coletivo *Resistência Trans*, como *não binária* e *agênero*. Na verdade, ao mesmo tempo que as definições parecem importar, também se nota que algumas pessoas preferem se situar de modo mais fluido ou indefinido e, para Michael Herzfeld (1998), o trabalho antropológico deve se recusar a proclamar definições já consolidadas de relações e de valores. Deve ainda o antropólogo erigir com cautela o uso de generalizações, principalmente se inerentes aos corpos, às culturas, às pessoas. Judith Butler, por outro lado, como já mencionado neste trabalho aponta para a ideia de que vivemos em uma sociedade cuja norma é heterossexual e cisgênera, o que torna abjetas pessoas que estejam fora de categorias binárias de gênero. No entanto, na realidade, há uma miríade de identidades de gênero que escapam a essa norma.

Ao adentrar no coletivo *Resistência Trans* como pesquisador, participando das conversas realizadas ali, como ouvinte e, a partir do grupo, me aproximar das pessoas individualmente, colhendo seus relatos em entrevistas individuais, fui percebendo, que a disputa terminológica, que acarretou a cisão do grupo, se tratava, na verdade da construção de identidades altamente politizadas que talvez precisem mostrar que as pessoas transgêneras são diferentes entre si.

Bruna afirma que é transexual. Da mesma forma, para Yane, ser chamada de travesti tem um peso maior, e ela não gostaria de ser retratada de tal maneira. Juliana, diferentemente, se identifica como travesti, enaltecendo essa identidade como modelo de resistência no passado, e importante para a construção de sua identidade no presente. insignificantes.

### **5.1 Alianças e aliadas/os/es: militância e ativismo trans e travesti para a geração de pautas e políticas públicas para a comunidade trans.**

Durante o trabalho de campo foram entrevistados/as/es homens e mulheres trans, travestis, agêneros e outras/os/es dentro e fora do coletivo *Resistência Trans*. Muitos desses

relatos informaram, como explicitado nos capítulos anteriores que, apesar de as/os/us interlocutoras/es/us falarem abertamente sobre a construção de suas identidades de gênero, essas trajetórias se diferiam em diversos aspectos.

Como observado, algumas pessoas viveram cenários de intensa transfobia na família, na escola e no trabalho, como evidenciado nas falas de Bruna, Amy, Jonas e Yane. Outras/os/es, entretanto, afirmam ter enfrentado menor rejeição social e transfobia ligadas à sua identidade de gênero. Nesse caso, essas pessoas cresceram em ambiente familiar mais progressista, como Natália ou estiveram em um cenário mais acolhedor no trabalho, como no caso de Juliana em relação aos discentes, embora ela afirme também que percebia olhares discriminatórios por parte de docentes e demais funcionários/as da escola onde leciona.

Apesar das diferenças entre minhas interlocutoras, pude perceber que era importante para elas/es/us estarem juntas/os/es em um ambiente de sociabilidade capaz de permitir trocas de experiências, reflexões sobre temas como transfobia, mercado de trabalho, sobre o próprio processo de transição, entre outras.

As pessoas ali reunidas estavam empenhadas em fomentar discussões sobre como uma determinada empresa acabava ou não cometendo transfobia, quando não possuía, por exemplo, dentro de sua *missão*, qualquer abertura para a contratação de pessoas trans e travestis, ou discutindo de que forma poderiam combater ações transfóbicas cometidas por órgãos públicos ou privados que se negassem a chamar pelo nome social uma determinada pessoa do grupo. Assim, a partir dessas discussões, algumas ações foram colocadas em prática, como a ida de grande parte do coletivo até uma das centrais de saúde pública do SUS na cidade de Juiz de Fora, com o intuito de provocarem a mídia local, as pessoas que ali trabalhavam e a sociedade que consumia o serviço básico de saúde a respeitarem a utilização do nome social, quando solicitado pela pessoa trans, travesti, agênera não binária etc., evitando o constrangimento daquele/daquela/daquela, quando chamado publicamente para algum tipo de procedimento, como ocorreu com uma mulher trans, que, mesmo já tendo alertado a secretária e o médico como gostaria de ser chamada, bem como constava o seu nome social no documento oficial de acesso ao SUS (carteirinha do SUS), foi chamada pelo gênero masculino.

O *Resistencia Trans* para toda a comunidade envolvida, fosse por seus representantes – Bruna, Amy, Jonas –, fosse pelos demais participantes, era representado um lugar de acolhimento, mas também de aliança política, voltada para a discussão dos mais diversos

assuntos atinentes à causa/movimento trans. Era genuinamente importante participar ativamente das discussões ali propostas que atravessavam de alguma forma suas trajetórias, tanto que dificilmente aquelas pessoas faltavam aos encontros.

*Quando eu comecei a “mudar” - iniciar a transição de gênero -, minha mãe disse que “era só uma fase”, enquanto o Jonas (membro do RT) viu em mim uma possibilidade de entender o que eu estava passando, mas só hoje, com 16 anos que eu pude vir com a minha tia. (...) Sei lá, eu acho que também tinha vergonha, tanto que estou muito nervoso e tremendo, mas ela (a tia) ter vindo aqui hoje comigo significa muita coisa. Ela foi a primeira pessoa a entender que eu não estava brincando de ser um menino. Eu me sinto bem desse jeito, com o cabelo cortado, com a roupa que eu visto, com tudo. (Caio, 16 anos. Entrevista realizada em setembro de 2020)*

Caio contou, no grupo, que iniciou sua transição aos 14 anos, o que causava certa confusão na cabeça de sua mãe, e um desconforto a ele na escola. Antes disso, ao se afirmar como lésbica, teve o distanciamento instantâneo de suas amigas. Pouco tempo depois, quando cortou os seus cabelos e apareceu na escola performando o gênero masculino, além de lidar com olhares curiosos e que muitas vezes denotavam transfobia, foi advertido pela diretora que chamou sua mãe para uma conversa, devido à postura e nova vestimenta utilizada pelo rapaz. Caio sustentou em suas falas que a mãe o repudiou, afirmando que isso não aconteceria mais. Ele, então, acionou a tia, pois já não conseguia que a mãe compreendesse que aquilo não era uma “fase”.

*Eu tive que intervir. O Caio, inclusive, veio morar comigo, porque as brigas com a mãe eram constantes. Eu como professora sabia que o que ele estava vivendo não era uma fase. Eu não sabia, quer dizer, eu não sei os termos corretos, por isso que também estou aqui, para aprender. Eu só sei que durante mais de 20 anos de magistério, eu já vi essas coisas acontecerem, e que ele não estava brincando. Eu confesso que não é fácil. Às vezes eu me vejo chamando-o pelo seu nome antigo, mas logo peço desculpas. Não é tão simples para as pessoas que não compreendem, mas eu como professora entendo que tudo possa ser aprendido, explicado, e por isso estou aqui com ele. (Maria Aparecida, tia de Caio. Entrevista realizada em 16/09/2020)*

Maria Aparecida não era a única mulher cisgênera presente nas reuniões. No mesmo dia em que a conheci, havia um casal de docentes cis que estavam ali para entender um pouco sobre transição, identidade de gênero e sexualidade a partir da ótica de pessoas transgêneras. Naquele dia, Maria foi muitas vezes advertida pela palestrante, Amy, porque usava o gênero feminino para falar de Caio ou porque “escorregava” em outras falas por não conhecer muito sobre o tema. A professora e o professor, diferentemente, demonstravam maior cuidado em

suas intervenções, sempre perguntando às/aos participantes trans e travestis antes de emitir qualquer opinião, o que parecia os deixar menos desconfortáveis.

*Eu compreendo a professora, porque eu também sou. Aliás, eu e meu marido. E nós aceitamos o convite como ouvintes para entender de fato essas trajetórias. Para mim, uma mulher cis, branca e de classe média essas questões pareciam não chegar a mim, até quando eu comecei a dar aulas em escolas públicas e conhecer uma diversidade de pessoas diferentes, e entender que toda a minha infância foi moldada por uma falácia cristã, conservadora e limitada. É tão incrível saber que posso viver além daquilo que me foi ensinado. Na minha casa, apesar da gente saber o que é racismo e homossexualidade, esses assuntos nunca surgiam, não porque fosse tabu, mas porque vivíamos em uma bolha. A escola pública foi a maior revolução social da minha vida. (Carla. Entrevista realizada 16/09/2020).*

Carla, como se pode depreender nas linhas acima tinha uma fala bem articulada e tinha cuidado para não ofender ou ferir a identidade das pessoas presentes. Interessante que ela não usava pronomes ela/ele ou termos como identidades trans/travesti, ou mesmo categorias binárias como homem/mulher, mas pessoas. Além do marido, que também aparentava querer aprender sobre o tema, Carla estava com seu filho, recém-nascido, na reunião. Ela finalizou sua apresentação no coletivo da seguinte forma:

*Eu quero que meu filho aprenda desde muito cedo que o mundo que eu vivi e cresci não é mágico e realizável para todas as pessoas. Mas que existem dificuldades, histórias e pessoas diferentes daquelas que rodeiam nosso ciclo de amizades. Eu acho que se ele cresce aprendendo de tudo um pouco, que ele certamente no futuro será um homem melhor. (Carla. Entrevista 16/09/2020)*

As últimas palavras de Carla foram muito bem recebidas por todos os presentes, como um sinal de que estavam dando certo as ações do coletivo Resistência Trans.

De acordo com Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Alves Costa (2011), o nascimento de uma aliança entre pessoas que articulam sobre uma mesma causa pode servir de caminho para a redução de uma desigualdade proveniente de uma determinada sociedade que retrata determinadas pessoas por meio de estigmas, preconceitos, colocando-as como corpos abjetos e, assim, alocando-as em subcategorias, marginalizando-as ou impedindo-as de ter o mesmo acesso que outras pessoas ao ambiente escolar, de trabalho etc.:

*A construção de estratégia de aliança pode servir para potencializar a formação de uma cadeia de equivalência, ao propiciar o reconhecimento pelos diferentes sujeitos políticos de que enfrentam adversários semelhantes e que são os responsáveis pela impossibilidade de existência dos diferentes subcidadãos; ao fomentar visibilidade e conferir legitimidade a pautas políticas, muitas vezes, inviabilizadas diante da dificuldade de alguns sujeitos políticos abrirem mão de suas bandeiras e da compreensão das mesmas como prioritárias frente a outras demandas. (PRADO; COSTA, 2011, p. 11)*

Observe que para os autores, uma aliança política se forma a partir de um vínculo entre determinados personagens políticos preocupados com a criação/resolução de demandas específicas. Seria uma reunião entre pessoas com o intuito de construir ações, sem que essas resultem, necessariamente, na promoção de uma relação de equivalência entre os grupos.

Ao discutir sobre aliança, Judith Butler (2019) afirma que ao se unir nos espaços públicos com o objetivo de expressar sua indignação ou de revelar sua existência plural, as pessoas estão exigindo o reconhecimento de sua própria existência, revelando que suas vidas também devem ser vividas. Mas, para a autora é necessário que existam condições para que essas reivindicações aconteçam. No caso do coletivo *Resistência Trans*, é possível dizer que tais condições existiam, já que o grupo se reunia em um espaço privado cedido por empresários do ramo cultural da cidade de Juiz de Fora. Ali, inclusive, era o lugar onde a fundadora do coletivo, Bruna, trabalhava durante o dia como recepcionista.

A presença de pessoas cisgêneras nas reuniões, como a tia de Caio, a professora e o professor, também são importantes para fortalecer uma aliança, já que esta precisa acolher as diferenças e formar aliados, como aponta Butler (2019, p.77):

As alianças que têm se formado para exercer os direitos das minorias sexuais e de gênero devem, na minha visão, formar ligações, por mais difícil que seja, com a diversidade da sua própria população e todas as ligações que isso implica com outras populações sujeitas a condições precária induzida no nosso tempo. E esse processo de ligação, não importa quão difícil seja, é necessário, pois a população das minorias sexuais e de gênero é ela mesma diversa – uma palavra que é precisa o suficiente para expressar o que eu gostaria de dizer; esse grupo se compõe de pessoas oriundas de diversos contextos de classe, raça e religião, atravessando comunidades de formação linguística e cultural.

Além da diversidade mais explícita – no caso aqui discutido, pessoas transgêneras e cisgêneras –, como foi apontado no tópico anterior, as pessoas trans e travestis também não podem ser pensadas como um grupo homogêneo. Mas, na concepção de Butler, as alianças não acabam com as diferenças e contradições.

O coletivo *Resistência Trans* tem como preocupação central acolher pessoas trans e travestis e a um só tempo discutir e combater as diferentes formas de transfobia, por meio de uma pedagogia sobre o tema nas reuniões não só com trans e travestis, mas com pessoas cisgêneras que se disponham a frequentar a(s) reunião(ões), como a tia de Caio ou o casal de professores citados acima, o que revela a possibilidade de aliança. Entretanto, a diferença

interna ligada ao que parecia ser, à primeira vista, problemática linguística, resultou na cisão do grupo, revelando a dificuldade de aceitação da pluralidade dos corpos e trajetórias.

Talvez seja possível pensar, a partir dessa disputa, que no caso do *Resistência Trans*, a aliança se deu mais facilmente com as pessoas cisgêneras, porque elas estavam ali para aprender e não para afirmar sua identidade. Bruna e Amy, diferentemente, buscavam impor sua identidade e, com isso, acabaram se afastando da possibilidade de se aliar contra algo maior, a norma cisgênera e heterossexual que precariza a vida tanto de uma quanto de outra, porque não as reconhece como vidas passíveis de viver.

Para Butler a precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam de forma desigual expostas ao dano, à violência e à morte. A precariedade, assim, é a distribuição desigual da condição precária e caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (BUTLER, 2019). Mas a autora alerta que é a precariedade que une as pessoas, sejam elas *queer*, mulheres, pessoas transgêneras, pobres, minorias raciais, religiosas etc., e não uma identidade. A precariedade, segundo a Autora, ultrapassa essas categorias e acaba produzindo alianças potenciais entre aqueles/as/us que não reconhecem que pertencem uns aos outros. As paradas do Orgulho LGBTQIA+ ao redor do mundo podem ilustrar o que a autora aponta. Para ir a uma “parada gay”, não é necessário apresentar uma *carteira de identidade* que lhe permita o acesso à reivindicação, nem mesmo ser gay, lésbica, travesti etc.

A Aliança para Butler evidencia a junção dos corpos em assembleia, sejam elas públicas ou destinadas para a construção de grupos que abracem vidas precárias, sem categorizações que possam ou venham dirimir vidas precárias. Na descrição do *Resistência Trans* no *Instagram*, nota-se um objetivo de aliança.: Coletivo de apoio à Comunidade Trans – “nossos objetivos são acolher pessoas, ouvi-las e compreendê-las. Sem nenhum meio de julgamento, trocar experiências mostrar a cada uma dessas pessoas que chegam até nós, que elas não estão sozinhas nem desamparadas. Estamos dispostes a ajudar em relação a questionamentos, a conversar e oferecer sempre um ambiente calmo e sereno para todes que

nos procurem”. Mas, ao que parece, a posição identitária se tornou mais importante que a aliança.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto inicial para a pesquisa que levou a esta dissertação buscava refletir sobre a empregabilidade de pessoas trans e travestis. No entanto, ao começar a participar do grupo *Resistência Trans*, percebi a disputa travada entre duas participantes do coletivo e dessa disputa em torno da identidade. Bruna, uma das fundadoras do grupo, se definia como transexual e Amy, se definia como trans, fazendo referência ao uso da categoria transgênero e, mais importante, alegava que o uso do termo transexual e, conseqüentemente, a afirmação de uma identidade transexual, seria problemática e ofensiva, por corroborar com o discurso médico e patologizante das identidades transgêneras e travestis.

A partir dessa discussão, iniciada pelas duas, o grupo se dividiu, e quem apoiava Amy, concordava que o termo transexual não abarcava a pluralidade de pessoas que faziam parte daquele coletivo, destinado ao acolhimento e ao apoio da comunidade transgênera, travesti, não binária, entre outras. Enquanto as pessoas que apoiavam Bruna, um grupo menor, a identidade transexual deveria também ser acolhida no coletivo.

O campo demonstrou de um lado a pluralidade de identidades e ressignificação do uso de certos termos, como transexual, que, mesmo tendo sido criado no escopo da medicina, podem ser vividos como identidade e, como tal, desvinculada de qualquer patologia. Bruna, Jonas, Natália e Yane são exemplos de pessoas que não se sentem ofendidas de serem denominadas como transexuais e em alguns casos, como o de Bruna, se afirmam como transexuais. De outro lado, no entanto, o mesmo campo me apresentou pessoas, como Amy e Juliana, para quem o termo transexual, por si só, é reducionista e desrespeitoso para a comunidade transgênera (trans). Muitas vezes, como no caso de Juliana, se afirmar como travesti, revela resistência e ressignificação dessa identidade, historicamente vinculada à marginalidade.

A discussão dentro do coletivo, que levou à sua cisão, me fez perceber, então, a pluralidade dessas identidades, sua politização e certa disputa que pode se tornar mais ou menos acirrada. Se, de um lado, o termo *guarda-chuva transgênero/a* ou *trans* serviria para englobar diferentes pessoas e/ou grupos, ainda é importante, em alguns casos, certa ordenação, ou divisão, dessas identidades, como já apontava Juliana Jayme há mais de vinte anos (JAYME, 2001). Vimos que o uso do termo transexual pode vincular-se a um desejo de inteligibilidade, como no caso de Bruna e Yane. Diferentemente de Juliana e Amy, que o

consideram ofensivo, porque patologizante e buscam sua inteligibilidade também, certamente, mas como mulheres transgêneras e/ou travestis.

Como foi apontado na dissertação, a disputa relacionada à identidade cindiu, mas não acabou com o grupo, tampouco com seus objetivos – defesa da causa trans na busca por direitos, empregabilidade, justiça e acesso desses corpos em todos os cenários públicos e privados –, que se mantém, como na sua fundação, com Bruna.

Percebe-se, entretanto, certa rigidez no grupo ligado à Amy em relação à afirmação da identidade transexual. Se o discurso médico não apenas criou o termo, patologizando-o, mantendo o binarismo de gênero e subsumindo com isso diferentes identidades, as deslegitimando, isso não quer dizer que pessoas transexuais não possam, elas próprias, ressignificar o termo e seu uso. Mas, além disso, mesmo que não o ressignifiquem, subvertendo a norma, fazem parte da comunidade e, portanto, deveriam ser acolhidas no coletivo e serem pensadas como aliadas.

Ao se referir a si própria como transexual e exigir ser classificada como tal, Bruna também quer mostrar a importância de trajetórias e vivências de outras pessoas que adotaram a categoria transexual no passado e/ou no presente, como Roberta Close.

Além da discussão sobre as identidades e a importância da construção de alianças para a equivalência de direitos, dentro de uma sociedade democrática, mas amplamente desigual, as trajetórias relatadas nesta dissertação revelaram o intenso combate contra a transfobia, que se inicia quase sempre na família, segue, no ambiente escolar, no mercado de trabalho, na vida cotidiana. É imperioso notar que a dissertação não ilustrou uma regra em relação aos cenários de abjeção, porém, a maioria das pessoas com quem conversei durante a pesquisa, relatou que, em algum momento, seus direitos foram desrespeitados, por transfobia, em pelo menos um dos três cenários aqui analisados: família, escola e trabalho.

E foi dentro da família, da escola e do trabalho que consegui identificar em muitos dos relatos experiências de solidão e falta de apoio a essas pessoas, o que acabava por tornar difícil resistir à norma cisheterossexual e binária. Amy, por exemplo, denunciou que quando começou a se vestir de maneira feminina na escola foi advertida pela direção, que acionou seus pais de modo que ela modificasse seus modos ou deveria sair da escola, tornando sua existência abjeta.

Bruna, Jonas e Caio também relataram cenários de transfobia nas escolas, quando seus pais foram chamados para que agissem de acordo com gênero com o qual foram designados/as/es ao nascer. Desta forma, a escola se desincumbia do papel pedagógico de aceitar as diferenças, culpabilizando alunos/as/es que se desviassem da norma binária, e envolvendo suas mães e pais que, muitas vezes, também os/as/es culpabilizava, tornando escola e família ambientes ainda mais opressores. Várias pessoas me relataram que eram chamados por colegas na escola, mas por vezes também por alguém da família de *diferente, bichinha, esquisito, lixo, sujo, demônio...*

Jonas e Bruna, como várias pessoas trans e travestis<sup>29</sup>, não terminaram os estudos, abandonando a escola no ensino médio. Ambos declararam dificuldades em conciliar a transição de gênero com as piadas, ofensas e até mesmo violências físicas no ambiente escolar. Bruna, para além das ofensas na escola, apanhava do irmão, por “*não entender o que ela realmente era*”, pensando dentro de uma concepção normativa e cisheterossexual.

Denunciei, embasado no referencial teórico desta dissertação sobre a urgente necessidade de uma atualização pedagógica, na qual a discussão de gênero deixe de ser tabu, e seja inserida na escola, uma vez que nossas crianças e adolescentes são retiradas cada vez mais cedo desses ambientes que deveriam ser acolhedores, por estarem em desacordo com a norma cisgênera e heterossexual.

A reunião dos corpos em alianças plurais, formadas por transexuais, travestis, transgêneros, queers, agêneros e aliades, como afirma Butler (2019) são fundamentais para a ampliação de direitos, justiça, visibilidade, empregos etc., ainda que nem todas as pessoas possam fazer parte dessas manifestações políticas, por residirem ou estarem imersas em contextos de Estados de exceção que proíbem a livre manifestação ou agrupamento desses corpos ao redor do mundo. Todavia, as redes sociais hoje são utilizadas como instrumentos legítimos de denúncia.

Por fim, sugiro que, além de uma agenda pedagógica atualizada e pautada nas diferenças, dialogada com toda a sociedade, especificamente no Brasil onde este trabalho foi realizado, seja elaborada em colaboração com o Governo, especificamente com o Ministério da Educação e Cultura, a discussão de gênero, das identidades de gênero e da diversidade dentro da escola, de modo que a escola seja o espaço da diferença, da pluralidade e, daí, do

---

<sup>29</sup> Ver, entre outros/as (MISKOLCI, 2012; VALE, 2007).

acolhimento de todo e qualquer corpo e identidade. Creio, então, que pesquisas sobre o tema nas escolas podem contribuir para a discussão dessa agenda.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASÍLIA. Dia da Visibilidade Trans ganha comemoração. Disponível em [Agência Brasília \(agenciabrasilia.df.gov.br\)](https://agenciabrasilia.df.gov.br). Acesso em: 08 set. 2021
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê 2020: **O Brasil continua sendo o país que mais mata transexuais e travestis no mundo**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- AVILA, Kael. Quem jogou a primeira pedra em Stonewall. In Coletivo Bisides, 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bisides.com/post/quem-jogou-a-primeira-pedra-em-stonewall> Acesso: em: 21 set. 2021.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. Revista Periódicus, v.1, n.5, p.87-100, maio-outubro, 2016.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. São Paulo: Ed. Zahar., 2008
- BUTLER. Judith. É preciso repensar a categoria mulheres. **Entrevista para Resista: observatório de resistências plurais**. Disponível em: <https://resistadotblog.wordpress.com>, 2018 b. Acesso em: 25 mai. 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266p.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 1ª edição. São Paulo: Editora: N-1 edições, ebook, 2019.
- CETRONE, Camila. Como são as cirurgias de redesignação sexual realizadas por pessoas transgênero? Disponível em: [Como são as cirurgias de redesignação sexual realizadas por pessoas transgênero? | Queer | iG](#) Acesso 10 nov. 2021
- CNN PLURAL. “77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-diz-que-77-de-criancas-e-adolescentes-sofrem-transfobia-no-ambiente-escolar> Acesso em jan. 2022.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. Guia de orientação do processo transexualizador. Disponível em [Guia de Orientação – Processo Transexualizador – CRP-PR \(crppr.org.br\)](https://www.crp-pr.org.br) Acesso 10 nov. 2021
- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, no. 1, 1º. Sem, 2002 pp.171- 188.

GARCEZ, Pedro. Transcrição como teoria: **a identificação dos falantes como atividade analítica plena**. In: Luis Paulo da Moita-Lopes & Liliana Cabral Bastos. Eds. *Identidades: recortes inter- e multidisciplinares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

GLOBO. Além do Gênero. Disponível em: [Identidades fluidas | Gente | Uma conexão Globo](#) acesso em 10 de abr. 2022

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREEN, James N. & QUINALHA, Renan. **Ditaduras e homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade**. 1ª edição. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 (11ª. edição)

HERZFELD, Michael e FERNADEZ, James. In Search of Meaningful Methods. In: Bernard, H Russel. **Handbook of methods in cultural anthropology**. Walnut Creek, California: AltaMira Press, 1998.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, Transformistas, Drag-queens, Transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa**. Tese de Doutorado, Unicamp, 2001.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba, 2014.

MARILAC; QUEIROZ. **Eu Travesti: memórias de Luisa Marilac**. – 1ª edição. Rio de Janeiro. Record, 2019

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MENDONÇA, Heloísa. **Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo**. EL Paí, 13 de setembro de 2017. Disponível em: [Santander: Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#). Acesso em: 29 abr. 2023

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP. Séries Cadernos da Diversidade; Belo Horizonte, 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2007. -. 257-269.

NAÇÕES UNIDAS Brasil. **OMS retira transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em: [OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais | As Nações Unidas no Brasil](#) Acesso em: 12 fev. 2021

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. Disponível em: [Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+ | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](http://nationalgeographicbrasil.com) Acesso em: 21 set. 2021

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: **uma polêmica**. Editora Best Bolso. ebook, 2016.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. **Cancelando o cuier**. Contemporânea, v. 10, n. 1 p. 125-151. Jan.–abr. 2020

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado; COSTA, Frederico Alves Costa. **Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política**. Revista Sociedade e Estado, v. 26, p. 685-720, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5624/5117>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PRECIADO, P.B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19 (1): 312, janeiro-abril/2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002) Acesso 02 de abril de 2022.

ROSSINI, Taíza. **Binaridade, historicidade e feminismo**. Universidade Federal Fluminense (UFFL). Volta Redonda, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Buler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TRANSCENDEMOS EXPLICA. Disponível em: <https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans>. Acesso em 25 mai. 2022

TRANSEMPREGOS. **Projeto de empregabilidade para pessoas transgêneras**. O maior banco de dados de currículos e vagas deste segmento no Brasil. Disponível em: <https://www.transempregos.org/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TRANSEMPREGOS. Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em: 25 mai. 2022.

VALE, Alexandre. **O voo da beleza: experiência transgênero e processo migratório**. Revista OPSIS, v. 7, n. 8, p. 54-68. Goiás, 2007.

VALLES, M. S. **Entrevistas qualitativas**. Cuadernos Metodológicos. n. 32. Madrid, 2002.

WOODWAD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.